

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NÍVEL MESTRADO**

Eduarda Corrêa Lasta

GÊNERO, TRABALHO E ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL

**Santa Cruz do Sul
2022**

Eduarda Corrêa Lasta

GÊNERO, TRABALHO E ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa

Santa Cruz do Sul
2022

Eduarda Corrêa Lasta

GÊNERO, TRABALHO E ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL

Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa

Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC

Professora Orientadora

Profa. Dra. Erica Karnopp

Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC

Professora Examinadora

Profa. Dra. Irani Iracema de Lima Argimon

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

Professora Examinadora

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos de uma dissertação por muitos pode ser considerado tarefa fácil, no entanto não é. O senso comum aqui se faz verdade, ao constatar que falar de si é sempre um desafio. Todavia, aqui trato de alegrias e conquistas o que sem dúvida torna a “missão” mais leve e confortável.

Vamos lá, primeiramente, se hoje encerro um período tão importante e desafiador de minha vida, devo isso a muitas pessoas, diversas. Em especial, meus pais, César e Janice, que me fizeram crescer. A eles, todo meu amor. A minha mãe Janice, obrigada por me ensinar a ser forte e a ter esperança. Ao meu pai César, tu é sinônimo de alegria, resiliência, conversa leve e mansa. Com vocês aprendi que a vida deve ser compartilhada com aqueles que amamos!

Por falar em compartilhar, deixo aqui minha gratidão aos demais familiares, em especial minha irmã Bruna e meus sobrinhos, Igor e Maria Cecília que me ensinam sempre, sobre a leveza da vida através do olhar puro, criativo e esperançoso da infância. Agradeço também, aos meus avós maternos que hoje, não estão mais junto de nós, mas que sempre dedicaram a mim amor e cuidado.

Deixo registrado aqui minha admiração e gratidão a todos os bons professores que passaram pelo meu caminho. Em especial a Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa, minha orientadora e a Profa. Dra. Edna Linhares Garcia. Elas que desde a graduação vem me ensinando a fazer Psicologia de forma ética e responsável, a vocês meu carinho e admiração!

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC pela oportunidade e por toda atenção e orientação ao longo desses dois anos. Agradeço aos bolsistas de iniciação científica, Theo, Alexandra e Isadora pela ajuda e disponibilidade na coleta de dados. A UNISC, minha “casa” de formação, obrigada por ser caminho de certeza e ética em tempos tão sombrios. Sigamos em busca de verdades, na construção de um país mais justo, igualitário, onde a educação seja sempre possibilidade de mudança e de vida!

Muito Obrigada!

“Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

Esta dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional apresenta uma reflexão teórica acerca das relações entre gênero, trabalho e envelhecimento no meio rural. Para isso, se dedica a compreender de que maneira as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem no distrito rural de Monte Alverne, município de Santa Cruz do Sul/RS. O método escolhido para sustentar tais discussões é a Teoria das Representações Sociais. Utilizou-se a pesquisa qualitativa como procedimento metodológico, ao todo foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas. A amostra foi constituída por 10 casais de agricultores, residentes do distrito rural de Monte Alverne com idades iguais ou superiores a 60 anos e que vivem há pelo menos 30 anos no campo. Os participantes foram entrevistados com o mesmo roteiro de entrevistas, com o objetivo de comparar os discursos sobre gênero, trabalho e envelhecimento. A técnica de amostragem escolhida foi a Bola de neve. Os dados foram analisados e categorizados a partir da metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados apontam para elementos inovadores a respeito do conceito de gênero pelas pessoas idosas entrevistadas. Destaca-se a percepção masculina a respeito da representatividade das mulheres em territórios rurais. Observa-se, aspectos relacionados à presença da violência de gênero e a necessidade da mudança de comportamentos naturalizados e reproduzidos pela sociedade. Torna-se importante também, sinalizar a vaga compreensão por parte das mulheres sobre seu papel no contexto familiar, reforçando assim preconceitos e violências. Situação essa que contribui, tanto para a invisibilidade do trabalho feminino no campo, quanto para um processo de envelhecimento com maiores percalços e dificuldades. Por fim, considera-se que os resultados sugerem algumas mudanças promissoras quanto à igualdade de gênero. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido, que perpassa desde, a consciência individual a ações coletivas, como o incentivo a estudos e pesquisas e, principalmente, a estruturação de políticas públicas destinadas aos territórios rurais.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho; Envelhecimento; Meio Rural.

ABSTRACT

This Master's thesis in Regional Development presents a theoretical reflection on the relationship between gender, work and aging in rural areas. For this, it is dedicated to understanding how gender relations interfere in the meanings attributed to work for elderly people living in the rural district of Monte Alverne, municipality of Santa Cruz do Sul/RS. The method chosen to support such discussions is the Theory of Social Representations. Qualitative research was used as a methodological procedure, in total 19 semi-structured interviews were carried out. The sample consisted of 10 couples of farmers, residents of the rural district of Monte Alverne, aged over 60 years and living in the countryside for at least 30 years. Participants were interviewed using the same interview script, with the aim of comparing discourses on gender, work and aging. The sampling technique chosen was the Snowball. Data were analyzed and categorized using Bardin's Content Analysis methodology. The results point to innovative elements regarding the concept of gender by the elderly people interviewed. The male perception regarding the representation of women in rural territories is highlighted. It is observed, aspects related to the presence of gender violence and the need to change behaviors naturalized and reproduced by society. It is also important to signal the vague understanding on the part of women about their role in the family context, thus reinforcing prejudices and violence. This situation contributes both to the invisibility of female work in the countryside and to an aging process with greater setbacks and difficulties. Finally, the results are considered to suggest some promising changes in terms of gender equality. However, there is a long way to go, which ranges from individual conscience to collective actions, such as encouraging studies and research and, above all, the structuring of public policies aimed at rural territories.

Keywords: Gender; Work; Aging; Countryside.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 01: Mapa distritos rurais de Santa Cruz do Sul.....	47
---	----

FIGURAS

Figura 01: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE A.....	87
Figura 02: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE C.....	96
Figura 03: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE D.....	97
Figura 04: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE E.....	98
Figura 05: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE F.....	99
Figura 06: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE G.....	100
Figura 07: Registo fotográfico da pesquisa - APÊNDICE H.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisa em Envelhecimento e Cidadania

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC - Iniciação Científica

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS - Organização Mundial da Saúde

SCS - Santa Cruz do Sul

SciELO - Scientific Electronic Library Online

TRS - Teoria das Representações Sociais

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A INTERFERÊNCIA DA CATEGORIA GÊNERO NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO EM CONTEXTOS RURAIS	17
1.1. Gênero como conceito.....	17
1.2. A mulher no meio rural	21
1.3. O homem no meio rural	26
2. O RURAL COMO ESPAÇO DE HETEROGENEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO	31
2.1. De que rural estamos falando?	31
2.2. Onde eu quero e posso viver: discussões sobre envelhecer no campo.....	36
2.3. Ruralidade como categoria social: representações sobre trabalho e vivências no campo	40
3. A EXPERIÊNCIA DE VIVER E ENVELHECER NO MEIO RURAL: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES E HOMENS DO DISTRITO DE MONTE ALVERNE	45
3.1 Religiosidade e território.....	49
3.2 O viver no campo: interpretações e significados	53
3.3 Gênero: representações sociais sobre trabalho e envelhecimento.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A - Registro fotográfico da pesquisa.....	87
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	88
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	89
ANEXO B - Parecer aprovação CEP	91
APÊNDICE C - Registro fotográfico da pesquisa.....	96
APÊNDICE D - Registro fotográfico da pesquisa.....	97
APÊNDICE E - Registro fotográfico da pesquisa	98
APÊNDICE F - Registro fotográfico da pesquisa	99
APÊNDICE G - Registro fotográfico da pesquisa.....	100
APÊNDICE H - Registro fotográfico da pesquisa.....	101

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional é resultado de um percurso de pesquisa dedicado a compreender de que maneira as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem no distrito rural de Monte Alverne, município de Santa Cruz do Sul/RS. Trata-se de um estudo que analisa a construção das identidades femininas e masculinas no meio rural, procurando entender como o gênero interfere nos processos de trabalho, envelhecimento e das vivências desses sujeitos.

Falar de trabalho no meio rural é tratar de uma série de desigualdades. Entre elas as questões de gênero. Hirata (2015) nos diz que historicamente as atividades femininas assumem posições desiguais. Tedeschi (2014) salienta que os padrões e as representações sociais delegadas pela história reforçam as desigualdades de gênero e atribuem valor à masculinidade. Sendo assim, ao tratar de gênero e trabalho no campo torna-se importante também, investigar de que maneira esses sujeitos envelhecem e de que forma mantêm suas relações e vivências.

Para isso, primeiramente, torna-se importante compreender o que significa a palavra gênero e qual sua relação com as vivências e dinâmicas sociais. A socióloga Heleieth Saffioti (2015) define gênero, de maneira sucinta, como a construção social do masculino e do feminino. Já a filósofa Simone de Beauvoir, em “O segundo sexo”, afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher. Sendo assim, entende-se que masculino e feminino, são construções sociais e não fazem referência somente a questões biológicas, de sexo, mas tem a ver com a identidade da pessoa.

É importante também, não cometer o erro de usar gênero como sinônimo apenas para fazer referência a mulheres. Seu uso indica uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados e oferece um meio de distinguir a prática dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995). Dessa maneira, ser homem e ser mulher nada mais é que conformar-se com uma ideia histórica em relação a papéis sociais. Berlamino (2020) diz que ser homem em nossa cultura, é uma construção. A frase: “seja homem!” aponta que a virilidade não é algo natural, mas sim, construída com a negação daquilo que é considerado feminino. Da mesma forma quando Beauvoir (1949), diz que não se nasce mulher, mas sim, torna-se mulher, a autora ressalta que

o feminino não é dado pela anatomia, mas sim, por aquilo que é construído e esperado pela sociedade.

Tal panorama mostra-se no contexto da agricultura familiar. Este se caracteriza não apenas pela produção que visa lucro e subsistência, mas também se configura por relações assimétricas de poder que, claramente definem os papéis sociais atribuídos aos homens e as mulheres no meio rural. Assim, essa dissertação parte do seguinte problema de pesquisa: como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem em um distrito rural de um município de médio porte no interior do RS?

Dessa forma, para dar conta deste problema de pesquisa, elaboraram-se questões norteadoras, a partir da problemática de pesquisa levantada, sendo elas: a) Quais são os significados de trabalho para as pessoas idosas que vivem no meio rural? b) Como estes sujeitos percebem o processo de envelhecimento, incluindo aspectos físicos, subjetivos e sociais? c) Como as representações construídas no contexto rural interferem nas relações de trabalho? d) Como as representações sobre o que é ser homem e mulher interferem no modo de vida dos agricultores?

Para responder o problema e as questões norteadoras a dissertação desenvolveu como objetivo geral, compreender como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho pelas pessoas idosas que vivem no distrito de Monte Alverne, no município de Santa Cruz do Sul/RS. E como objetivos específicos: a) Analisar o trabalho dos agricultores e agricultoras nas propriedades rurais; b) Investigar a interferência das representações sociais construídas sobre os modos de vida das pessoas idosas; c) Investigar se e como as relações de gênero interferem no trabalho de homens e mulheres no meio rural.

No entanto, tais condutas e vivências acontecem em determinados espaços. Nessa perspectiva, Santos (2001), nos diz que o território apresenta um arranjo repleto de discontinuidades sociais e territoriais que nos ajudam a entender as desigualdades regionais. A partir da análise do território se torna possível vislumbrar os movimentos dos atores, as distribuições de trabalho, ou seja, a maneira como o espaço é usado. Reis (2013), fala que a interpretação do território está inteiramente associada à forma como ele funciona, ou seja, aos aspectos socioeconômicos e também aos sistemas e as dinâmicas coletivas. Desse modo, o entendimento de como se alcança a coordenação dos processos coletivos é fundamental. A

partir daí, compreende-se o papel desempenhado pelos atores e a influência de suas relações nesse espaço.

Nesse sentido, a escolha do campo de estudo dessa dissertação se justifica por Monte Alverne ser o distrito com maior concentração de idosos entre as demais localidades rurais do município de Santa Cruz do Sul - SCS. Monte Alverne torna-se distrito de SCS por Ato Municipal nº 113 em 30 de dezembro de 1907. Situado na região nordeste de SCS, o distrito rural conta com 574 idosos, correspondendo a 20, 55% da população total. Sendo que esta equivale a 826 sujeitos (IBGE, 2010). Santa Cruz do Sul é um município de médio porte, do Vale do Rio Pardo, possui uma população estimada em cerca 129.427 pessoas, segundo a síntese de dados do IBGE realizada em 2018. A população idosa do município representa 13,1% dos indivíduos.

A sustentação metodológica da dissertação se orienta pela Teoria das Representações Sociais - TRS. A escolha se justifica, pois a TRS discute o pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade. Compreende-se por representações sociais sistemas de interpretação que direcionam a relação com os outros, regendo e ordenando condutas e comunicações sociais. Elas intervêm em processos variados, como difusão e assimilação de conhecimentos, na construção individual e coletiva, na elaboração das identidades pessoais e sociais e na expressão de grupos e transformações sociais (JODELET, 2001). Guareschi (2000) coloca que uma representação é sempre aquilo que tem um significado para alguém. É através das Representações Sociais, coletivamente elaboradas, que adquirimos o sentido do mundo e comunicamos esse sentido uns com os outros.

Esta investigação é um estudo qualitativo de caráter descritivo, que se dedica a descrever as relações de gênero no meio rural através da realização de entrevistas semiestruturadas. Realizaram-se ao todo 19 entrevistas. Foram entrevistados casais, homens e mulheres com o mesmo roteiro de entrevistas, com o objetivo de comparar os discursos sobre gênero, trabalho e envelhecimento. Ao final de cada conversa era solicitado aos sujeitos entrevistados que nos indicassem outro casal moradores de Monte Alverne com as mesmas características, ou seja, ter idade igual ou superior a 60 anos, ser agricultor, viver há pelo menos 30 anos no campo e, trabalhar com atividades ligadas a agricultura para dar continuidade à pesquisa. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

A técnica de amostragem utilizada chama-se Bola de Neve. Nela o pesquisador pede aos participantes referência de novos informantes que possuam as características desejadas. Esse processo continua até que as métricas estabelecidas antecipadamente para a coleta de dados, como prazo de coleta ou quantidade máxima de entrevistados, sejam atingidas, ou para a ocorrência de saturação teórica, isto é, quando não surgiram novas informações nos dados coletados (COSTA, 2018). A coleta foi finalizada com 10 homens e 09 mulheres entrevistados. O número inferior de mulheres se justifica pelo fato de que, em uma propriedade a idosa não estava em casa no momento da entrevista e de não termos como voltar em função do período da pandemia.

Já a análise de conteúdo das entrevistas foi realizada através da técnica análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Análise de conteúdo é considerada como a melhor forma de análise para este estudo, pois possibilita descrever e interpretar conteúdos provindos das entrevistas (MORAES, 1999). A Análise de Conteúdo permite uma compreensão mais profunda dos significados contidos nos dados coletados, num nível além da leitura comum, tocando na subjetividade do sujeito em questão e abrangendo o conhecimento de aspectos e fenômenos sociais não conhecidos anteriormente.

Também foi realizada como técnica uma busca por dados secundários, esta ocorreu através de pesquisas em bancos de dados como Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; Portal de Periódicos da CAPES, Scientific Electronic Library Online (SciELO); Science Research e Google Scholar. Além disso, portais e plataformas oficiais foram acessados, tais como, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) dentre outros. Realizadas as entrevistas e a busca por dados secundários, o conteúdo encontrado foi categorizado e analisado a partir da metodologia proposta, Análise de Conteúdo de Bardin, dividindo a dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “A interferência da categoria gênero nas condições de vida e trabalho em contextos rurais” inicia suas discussões apresentando o termo gênero como conceito. Entendimento esse fundamental para essa dissertação. Para tal argumentação utilizou-se autores como Heleieth Saffioti, Simone de Beauvoir, Joan Scott, Judith Butler entre outros. A partir disso, entendeu-se que as reflexões sobre gênero devem ser implantadas de maneira interdisciplinar e sua contextualização descreve as relações sociais entre os sexos. Dessa forma, seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina. Posteriormente, apresenta a maneira como são construídas as identidades masculinas e femininas no meio rural. Suscitando, na compreensão da

interferência dos processos de trabalho na determinação dos lugares atribuídos aos homens e as mulheres no campo.

O segundo capítulo “O rural como espaço de heterogeneidade: representações sociais no campo” destinou-se, primeiramente, à discussão do do território rural como espaço de heterogeneidade, ou seja, pensar o rural enquanto espaço de movimento, marcado pela diversidade e caracterizado por inúmeras formas de ocupação. Buscou também, discutir sobre o envelhecer no campo e de que forma tais sujeitos se utilizam desse espaço, configurando modos de vida distintos. Por fim, o capítulo objetivou analisar o rural como categoria social, compreendendo suas representações sociais e as configurações de trabalho e vivências nesses territórios.

Para além da contextualização teórica essa dissertação busca apresentar também, como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem no meio rural. Para isso, apresenta-se o terceiro capítulo intitulado como “A experiência de viver e envelhecer no meio rural: representações de gênero e trabalho de mulheres e homens do distrito de Monte Alverne”. O capítulo é fruto das entrevistas realizadas com os sujeitos idosos. A discussão nele apresentada descreve, primeiramente, o percurso metodológico percorrido para a realização das entrevistas, ou seja, quando e como a coleta de dados aconteceu. Além disso, permite identificar também as características do território e, sobretudo, apresentar os resultados e limitações da pesquisa, fruto das discussões empíricas.

Esses resultados apontam tanto para limitações, quanto para elementos inovadores e interessantes a respeito do entendimento do conceito de gênero pelos idosos entrevistados. Considera-se que a partir da realização das entrevistas semiestruturadas e da análise dos discursos dos sujeitos envolvidos se pode compreender quais os significados de trabalho para as pessoas idosas que vivem no meio rural, como estes sujeitos percebem o processo de envelhecimento, como as representações construídas no contexto rural interferem nas relações de trabalho e por fim, como as representações sobre o que é ser homem e mulher interferem em seus modos de vida. Tais apontamentos foram norteados pela Teoria das Representações Sociais e produziram três grandes tópicos de discussão e análise, foram eles: religiosidade e território, viver no campo e gênero: representações de trabalho e envelhecimento.

A quarta seção desta dissertação apresenta as considerações finais. Nela é retomado o problema de pesquisa e os objetivos no intuito de descrever a maneira como tais foram analisados e respondidos a partir das categorias de análise criadas. As considerações finais

sinalizam as lacunas a serem investigadas em futuras pesquisas e as dificuldades encontradas para a realização da dissertação. O texto final, destaca, sobretudo, os principais achados da pesquisa, resultados esses que dialogam tanto com clássicos da literatura, como também com estudos mais recentes. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices.

1. A INTERFERÊNCIA DA CATEGORIA GÊNERO NAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO EM CONTEXTOS RURAIS

Esse primeiro capítulo procura conceituar gênero através do entendimento das relações estabelecidas entre homens e mulheres. Isso significa dizer que os estereótipos, os papéis e os lugares ocupados por cada um dos sexos configuraram a divisão de responsabilidade, de trabalho, de status social. O capítulo objetiva também, analisar a construção das identidades femininas e masculinas no meio rural, procurando entender como o gênero interfere nos processos de trabalho e de vivências desses sujeitos.

1.1. Gênero como conceito

A priori, se faz necessário compreender o que significa a palavra gênero e qual sua relação com as vivências e dinâmicas sociais. A socióloga Heleieth Saffioti (2015) define gênero, de maneira sucinta, como a construção social do masculino e do feminino. Já a filósofa Simone de Beauvoir, em “O segundo sexo”, afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher. Sendo assim, entende-se que masculino e feminino, são construções sociais e não fazem referência somente a questões biológicas, de sexo, mas tem a ver com a identidade da pessoa.

Até hoje alguns pesquisadores cometem o erro de usar gênero como sinônimo de mulheres. Uma parte considerável das produções internacionais que tinham como tema a história das mulheres substituíram, gradualmente, os termos “mulheres” por “gênero” em seus títulos (LAUCHZER, 2020). Hoje o termo “gênero” é usado para denominar as relações sociais entre os sexos e seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina, expressa em noções como a de que as mulheres apenas têm a capacidade de dar à luz enquanto os homens têm força muscular muito superior. Assim, o termo indica uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados, sendo extremamente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995).

A partir do final do século XX as feministas passaram a usar o gênero para se referir a organização social entre os sexos. Ao usar esse termo, o objetivo era marcar o caráter social das distinções sexuais, rejeitando, portanto, o determinismo biológico impregnado na palavra

sexo. Apesar de haver diferenças biológicas entre homens e mulheres, subentende-se que a organização social é um dos fatores mais influentes na construção das identidades.

O termo passou a ser usado por historiadores na medida em que os estudos sobre mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero cresciam, sendo característico de estudos que envolvem as relações entre os sexos. Contudo, apesar de sabermos que as relações entre os sexos são sociais e construídas cultural e socialmente, quando o termo surgiu nas ciências pouco era dito sobre como essas relações eram construídas, tampouco como funcionavam ou se alteravam. Ademais, seu conceito estava estreitamente ligado ao estudo de coisas relativas às mulheres, dificultando o trabalho dos historiadores que tentavam questionar os paradigmas existentes. Apesar das lutas para que as reflexões sobre gênero fossem implantadas de maneira interdisciplinar (PAIVA, 2020).

De acordo com Scott (1995), o termo gênero fez sua aparição inicial dentre o movimento feminista norte americano, em que era defendido que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. Sendo que, os debates acerca desse assunto se estenderam por todo o século XX, período onde indícios de equidade começaram a aparecer em diversos países. No Brasil, a partir da declaração da ONU em 1975 do início da Década da Mulher, surgem os primeiros grupos feministas comprometidos em lutar pela igualdade das mulheres, pela anistia e pela abertura democrática.

Tais movimentos de luta culminaram no entendimento de que ser mulher ou ser homem não se resume à diferença de órgãos genitais. Essa disparidade vai muito além dos limites do corpo. São gestos, estética, comportamentos, gostos, enfim, características e definições que nada têm de naturais ou biológicas, são pura e simplesmente definições políticas, sociais e culturais (PAIVA; SOUSA, 2020).

Zanello (2015), afirma que gênero deve ser entendido como uma performance, na qual pela repetição de atos, aos poucos vai se cristalizando e assim, torna-se mulher ou homem. Butler (2012), diz que se obriga o corpo a se conformar com a ideia histórica de “mulher” ou de “homem”. A autora ressalta que não se trata de negar a diferença corporal, mas de reconhecer que certas diferenças foram eleitas em determinado momento histórico para justificar outras diferenças sociais.

Dessa forma tal categorização para Butler (2003), perpassa por uma relação de poder que se expressa em uma linguagem, que por sua vez, assume caráter político, ou seja, só se é

alguém no momento em que facilmente seja identificado seu sexo biológico, e, por conseguinte seu lugar no mundo. Sendo assim, tudo aquilo que foge a norma torna-se , marginalizado, com dificuldade para inserção no meio social. Paiva (2020) nos diz que chegamos ao mundo como bebês designados macho ou fêmea. E nascer homem ou mulher no mundo faz toda a diferença. Dessa forma, anatomia, socialização e normas culturais internalizadas operam conjuntamente formalizando nosso lugar no mundo. Sendo que, em diferentes contextos sócio-históricos, há uma cota de sofrimento e vulnerabilidade associados aos homens e às mulheres, em especial aqueles que não se reconhecem com seus corpos.

Nesse sentido Scott (1990), coloca que o termo gênero torna-se uma forma de explicar as relações sociais entre os sexos. Indicando as construções sociais, isto é, a criação social de ideias sobre os papéis adequados para homens e para mulheres. Sendo assim, para Scott gênero seria uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Considerações essas que vem ao encontro das colocações de Beauvoir (1949), em seu livro “O segundo sexo”. Nele Beauvoir coloca que é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela anatomia, mas sim construído pela sociedade.

Em outras palavras, reforça que o gênero está associado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade, ou seja, a distinção entre sexo e gênero é fundamental, pois muitas diferenças entre homem e mulher não são de origem biológica. Logo, observa-se que o gênero é um conceito socialmente criado que atribui aos homens e as mulheres papéis sociais e identidades distintas. (MIGUEL; BIROLI, 2020).

Carneiro (2020) nos diz que as diferenças sexuais e biológicas são transformadas em diferenças sociais e em diferenças políticas. Essas diferenças não apenas classificam e definem a sociedade como uma sociedade binária, formada por dois gêneros, masculino e feminino, como criam hierarquias entre os gêneros, quando tudo o que é atribuído ao gênero masculino possui maior valor do que o que é atribuído ao feminino ou quando cria uma relação de poder entre homens e mulheres, poder deles sobre elas. Dessa forma, a sociedade atribui valor às características masculinas e femininas, divide os papéis sociais de homens e mulheres e produz uma relação de poder entre os gêneros, em que os homens têm poder sobre as mulheres.

Safiotti (1992), diz que as construções de gênero se expressam pela divisão sexual do trabalho. A autora coloca que a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e

históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários e na disciplina do trabalho.

Nesse sentido, Scott (1998), se refere ao gênero como o discurso da diferença dos sexos. Ou seja, ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas e a tudo que constitui as relações sociais. Isso significa dizer que o gênero não reflete a realidade biológica, isto é, a diferença sexual não é causa da organização social, mas sim o gênero é a organização social da diferença biológica.

Dessa maneira, as categorias “masculino” e feminino” são produzidas sem levar em conta alguns atributos (CORNELL; THURSCHELL, 1987). Para as autoras a diferença de gênero força o sujeito a travar uma guerra consigo mesmo que ele não consegue vencer. Tal conflitiva é travada na esfera social a chamada “guerra dos sexos”. Essa rígida comparação, no entanto, representa conflitos ideológicos daquilo que partilhamos. Para Cornell e Messerschmidt (2013), essa divisão limita as formas potenciais da expressão humana, nos impondo a “camisa de força do gênero”.

Nesse contexto, Marodim (1997), afirma que gênero está associado aos aspectos psicológicos, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade e não com seus componentes biológicos e anatômicos ou com o ato sexual que caracteriza o sexo. Para essa autora a função do gênero está no conjunto de expectativas em relação aos comportamentos sociais que se esperam de um determinado sexo, visto que é a estrutura social que dita uma série de funções para o homem e para a mulher.

Sendo assim, um dos enfoques centrais sobre gênero é a sua diferenciação entre sexo e gênero. Bruschini e Lombardi (2002), colocam que o primeiro se refere ao que é anatomicamente e biologicamente herdado e o segundo diz respeito à construção histórica e social que diferencia homens e mulheres. No entanto, apesar desse entendimento, os legados da sociedade patriarcal ainda estão fortemente demarcados. Tavares (2011) enfatiza que os papéis tradicionais de mulheres e homens estão ainda entranhados e que a implementação de leis que desafiam a subordinação naturalizada é um enorme desafio crítico.

Toaldo (2019) nos diz que a discriminação entre homens e mulheres acompanhou a história da civilização. A mulher fixou-se ao privado, enquanto o homem saiu para ocupar o público. Essas diferenças de gênero são estimuladas na família e condicionam meninos e meninas a assumirem futuros papéis como adultos. A autora coloca ainda, que a divisão do trabalho, que ocorre no mundo capitalista, também atinge o lar e configura a divisão sexual do trabalho entre homem e mulher.

Essa diferenciação entre os papéis destinados ao masculino e ao feminino é facilmente identificada em contextos rurais. Esses territórios sustentam padrões de feminilidade cuja função principal das mulheres é amparar relações entre o “feminino e o lar”, garantindo assim, a virilidade e a superioridade do masculino. Pois, tal meio ainda é fortemente atravessado pelos ideais do patriarcado. Scott (1995) define patriarcado como uma forma de organização social, em que as relações são rígidas por dois princípios, as mulheres são subordinadas aos homens e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade. Já Zerzan (2011, p. 1) afirma que o patriarcado pode ser entendido como o “domínio sobre a mulher e a natureza”

1.2. A mulher no meio rural

Esse tópico tem como objetivo situar a posição que a mulher ocupa no meio rural. Sendo assim, se faz necessário colocar que a produção de identidade feminina no campo é construída através de diferenças e vulnerabilidades. O cotidiano das mulheres que ocupam o território urbano, não pode ser comparado, às vivências das que habitam áreas rurais, por exemplo. Guareschi e Bruschi (2003) nos dizem que quando falamos de identidade estamos nos referindo a “posições de sujeito”, isto é, na influência da cultura no sentido de “recrutar” sujeitos ou grupos sociais a ocuparem determinadas posições, identificarem-se com determinados discursos, tomando como verdades e assim, sujeitando-se a significações.

Dessa maneira, ser homem e ser mulher nada mais é que conformar-se com uma ideia histórica em relação a papéis sociais. Berlamino (2020) diz que ser homem em nossa cultura, é uma construção. A frase: “seja homem!” aponta que a virilidade não é algo natural, mas sim, construída com a negação daquilo que é considerado feminino. Da mesma forma quando Beauvoir (1949), diz que não se nasce mulher, mas sim, torna-se mulher, a autora ressalta que o feminino não é dado pela anatomia, mas sim, construído pela sociedade. Aquilo que é

considerado feminino pode assumir diferentes formas dependendo do lugar em que se encontram tais sujeitos. Esbarra-se aí, mais uma vez, na pluralidade de vivências e na coexistência de culturas diversas no espaço de um mesmo estado-nação. (SANTOS, NUNES, 2003).

Notadamente, a mulher ocupa um papel importante no contexto rural. Elas são agentes para a manutenção das relações e na formação dos elementos tradicionais da ruralidade, contribuindo até mesmo para a permanência dos sujeitos nesses territórios. (SCHWARTZ, 2016). Cabe ressaltar, que o espaço rural não se define mais exclusivamente a produção agrícola. Visto que, a renda advém de outras atividades correlacionadas, configurando novos arranjos produtivos e desfazendo aquela imagem de produtor em tempo integral (TOALDO, 2019). Essas mudanças caracterizam novas visões, novos hábitos e costumes no campo. Nesse sentido Abramovay (2000) coloca que o espaço rural, assim como o urbano não é estático e sim, vem sempre incorporando valores, hábitos e técnicas. Karam (2014) sugere ainda existir uma espécie de continuidade que relaciona os processos rurais e urbanos contemporâneos. O autor diz também, que há uma nova ruralidade aflorando, ressignificando expressões e a ocupação do espaço. Fato que contribui para que ocorram modificações tanto na relação com o urbano, quanto nas suas relações internas e específicas.

No entanto, apesar dos notáveis avanços do espaço rural ainda assim, falar de “ser mulher” nesse meio é se referir a condição de ser mãe e de esposa na grande maioria das vezes. Concepção esta cristalizada pela cultura e arraigada nas vivências da ruralidade. Nesse sentido, Alcântara (2016), fala que as atitudes de homens e mulheres, principalmente no contexto rural, legitimam condutas de dominação. Brumer (2015) diz que as mulheres no meio rural ocupam uma posição subordinada, visto que seu trabalho aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens.

Santos e Garcia (2015), ressaltam que o poder dado e adquirido pelos homens retoma raízes históricas. Beauvoir (2016), nos diz que ao descrever a mulher São Tomé a caracteriza como um ser incompleto. Aristóteles define que “fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”. A construção daquilo que é masculino ou feminino compreende forças que estão arraigadas não só no corpo, mas nos sentimentos, no olhar para si e para o outro, e que se produzem em função de uma ideologia. Collins (2019) sinaliza que comumente as mulheres são invisibilizadas nos registros historiográficos, assim como, suas conquistas no âmbito das políticas públicas são negligenciadas. Santos *et al.* (2020), evidenciam que a

história atribui a figura do homem ao lugar de protagonista. Isso significa que o discurso feminino faz alusão a um mundo que pertence aos homens. Fato que se concretiza através da divisão do trabalho, dos espaços públicos e privados, dos simbolismos, do poder, entre outras coisas. Os autores sinalizam ainda que as relações de poder que permeiam o espaço rural são caracterizadas pelo simbolismo entre a mulher e a terra, ambos colonizados. Ou seja, a terra serve para exploração dos recursos de um território virgem. Da mesma forma, a mulher satisfaz os desejos, muitas vezes através de condutas de violência e de discriminação, gerando prole para fins lucrativos em uma dinâmica de exploração, assim como a natureza.

Nesse contexto, Ploner, Sais e Strey (2018), colocam que as relações de gênero no campo são permeadas por questões referentes às desigualdades de poder. Sanz (2013), diz que apesar das mulheres instigarem a modernização do campo, contribuírem na formação cultural das crianças e serem figuras atuantes nas decisões das comunidades, elas ainda esbarram na dificuldade de exercerem a titularidade das explorações agrárias, por exemplo. Fato que retarda processos de independência. Pois, embora a representação feminina tenha um papel importante na constituição da família, ainda assim suas atividades são consideradas “leves” e quando possuem remuneração são baixos valores. Fato que, por consequência, coloca as mulheres rurais em uma situação de dependência financeira de seus companheiros, além de não serem incentivadas a procurar meios de prover sustento.

Tal panorama muitas vezes perpetua-se por toda a vida. E aí, temos mulheres idosas rurais, vistas sob a perspectiva do cuidado da casa, da subordinação e da obediência. Idosas, que dedicaram suas vidas ao trabalho visto de forma assimétrica, ou seja, identificam-se como “esposas de produtor”. Fato que favorece a invisibilidade do trabalho, além de reafirmar estigmas em relação àquilo que é considerado masculino e feminino. (HEREDIA, 2018).

Nesse sentido, percebe-se que essa suposta inferioridade feminina é uma construção também cultural. Observa-se que a mulher introjetou o que lhe foi passado culturalmente, acreditando de fato na superioridade do homem e no dever de sua subordinação a ele. Essa caracterização trouxe fatores importantes, determinando um espaço específico para homens e para mulheres em diversos contextos sociais, em especial delimitando o mundo do trabalho em atividades consideradas masculinas e femininas. A mulher cria-se o ideal da maternidade, ou seja, exaltadas como formadoras do futuro, destinadas ao cuidado da casa e dos filhos. Aos homens destinam-se os dispositivos da eficácia, da força física e do trabalho valorizado.

No entendimento de Alves e Martine (2010) além da mulher no espaço rural ocupar uma posição subordinada e seu trabalho ser visto como ajuda, ainda existem diversas outras desigualdades associadas à figura feminina. Como por exemplo, o analfabetismo que é maior entre as mulheres. Outra questão é a discriminação nas cooperativas, apesar de serem sócias, frequentemente enfrentam restrições nas unidades de produção. Os autores colocam ainda que há uma obsessiva vinculação destas com as tarefas domésticas, sendo que para muitas mulheres esta constitui a única ocupação. Tal panorama contribui para a perpetuação da ideologia, onde as mulheres são responsáveis por todo trabalho doméstico, esfera na qual sim, possuem autonomia e poder.

Sendo assim, as mulheres no meio rural costumam não ocupar posições de evidência. Suas atividades referem-se à limpeza da terra, ao cuidado com os animais e aos trabalhos com a horta. Além de serem responsáveis por todo trabalho doméstico, tomando decisões sobre o preparo dos alimentos, sobre o cuidado com as roupas, orientação e educação dos filhos e utilização dos demais recursos domésticos. Essa divisão de trabalho que estabelece o que homens e mulheres devem fazer no campo pode ser explicada segundo Brumer (2015), através do conceito de patriarcado.

Quando se fala de gênero, fala-se das definições sociais do que é ser homem e do que é ser mulher. Ao falar em patriarcado, estamos falando de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Ou seja, patriarcado é um caso específico de relações de gênero (SAFFIOTI, 2012). Sendo assim, o patriarcado dá nome às desigualdades que marcam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade.

O patriarcado é uma estrutura milenar, identificada ao longo da história em quase todas as sociedades e que foi se modificando ao longo do tempo, se renovando, para manter a dominação dos homens sobre as mulheres. Essa estrutura se manifesta nas relações: pessoais, sociais e institucionais. Oliveira (2018) nos diz que se tratando das relações patriarcais de gênero no Brasil, nossa sociedade resiste às transformações nas relações sociais cotidianas entre homens e mulheres. Assim, busca conservar um lugar social para estas, que se configura em desigualdades.

Tal estruturação conservadora e patriarcal é entendida através da formação histórica e social de nosso país. Silva (2017) coloca que o conservadorismo é estruturado por uma “dureza” que permanece em nossos dias. O autor diz também que a elite brasileira relutava e ainda reluta para abrir mão da liberdade. Se na época a pauta era a abolição, hoje nos

confrontamos com um Brasil que enfrenta o preconceito latente em relação as minorias, sejam elas, mulheres, negros ou tantos outros.

Quando, em casa, há uma divisão sexual do trabalho, em que as mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados dos filhos e das tarefas domésticas, é o patriarcado se manifestando e organizando a hierarquia dentro da família. Essa hierarquia familiar no Brasil, por exemplo, esteve respaldada pelo Código Civil de 1916, que definia as mulheres casadas como incapazes a certos atos e estabelecia que o marido era o chefe da família, que tinha o pátrio poder. Cabia a ele, dentre outras atribuições, autorizar ou não que a mulher tivesse uma profissão (CARNEIRO, 2020).

Sendo assim, torna-se evidente que o patriarcado contribuiu para a consolidação de condutas sociais que legitimam desvantagens para as mulheres. Tais padrões configuram uma estrutura de poder entre os gêneros, fortemente perpetuada no espaço rural. No entanto, verifica-se no contemporâneo, novas perspectivas de gênero, possibilitando as mulheres do campo emancipação em suas tarefas. Permitindo assim, o protagonismo feminino no meio rural. Fato que vem a garantir inovações nos processos produtivos e também, novos e importantes questionamentos a respeito da estrutura familiar e da condição de mulher no meio rural (TOALDO, 2019).

Cabe ressaltar, que o movimento das mulheres no campo é um acontecimento recente, que refere-se ao período da abertura democrática da década de 80 e da consolidação do movimento feminista no Brasil. As reivindicações oriundas do movimento feminista fizeram com que os governos criassem ações governamentais voltadas para a promoção de uma maior equidade de gênero. No entanto, segundo Guimarães e Luna (2020), apesar de alguns avanços a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres envolvidas com a atividade agrícola que vivem no campo brasileiro.

Segundo Silva, Ponciano e Souza (2020), ocorre uma exclusão da mulher no conhecimento das tecnologias agropecuárias e da sua participação nas decisões, as quais são atribuídas ao marido, além da desvalorização do seu trabalho, o qual é considerado como uma “ajuda” sem direito a remuneração. Esse não reconhecimento do trabalho das mulheres nos espaços de seu domínio, contribuem para escassez de oportunidade de trabalho e de renda para essas. Sendo que, para Siliprandi (2015), essa dinâmica dificulta o desenvolvimento

local, pois não considera os processos de emancipação das mulheres e por consequência, contribui para dinâmicas estáticas em tais territórios.

Somente a partir da luta feminista no campo, políticas públicas, programas e projetos de incentivo ao acesso e de garantia dos direitos foram implementados nos últimos anos. São políticas que garantem os direitos e o acesso a documentação, à terra, ao crédito, à organização produtiva, à produção, à transformação e comercialização, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à participação na gestão, ao resgate cultural e dos conhecimentos tradicionais. A inclusão das mulheres como beneficiárias diretas das políticas públicas ocorreu a partir do reconhecimento social e político do seu protagonismo na agricultura familiar e da necessidade de sua autonomia econômica (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

No entanto, as transformações política, social e cultural da sociedade somente serão possíveis se houver mudanças nas relações hierárquicas e opressoras e principalmente nos padrões de poder estabelecidos e difundidos acerca do masculino. Questões essas discutidas no tópico a seguir.

1.3. O homem no meio rural

A proposta desse tópico é refletir, a partir de um olhar de gênero sobre homens e masculinidades no meio rural. Ou seja, a masculinidade irá servir como uma ferramenta conceitual para se compreender as construções sociais, culturais e subjetivas nesse espaço. Para isso, é necessário retomarmos, então, a questão da “mínima diferença” entre homens e mulheres, entre masculinidade e feminilidade, questão antiga e problematizada de diferentes maneiras ao longo da história.

Segundo Lauretis (2000), falar sobre homens e masculinidades é falar sobre tecnologias de gênero. Tais tecnologias produzem e consolidam culturalmente as diferenças de sexo-gênero, mediante a internalização de pressupostos normativos que passam a reger o cotidiano das vidas de homens e mulheres, articulados também com mecanismos de produção de diferença que são estruturais nas sociedades e, em especial, na sociedade brasileira. Em outras palavras, pensar a produção do masculino e do feminino enquanto tecnologias de gênero nos permite elucidar conexões entre práticas, valores, representações incorporadas nas nossas vidas pessoais enquanto homens e mulheres, e mecanismos sociais de regulação de nossos corpos e das nossas emoções. (PAIVA, 2020).

Para esta conversa sobre homens e masculinidades, retomemos a afirmação da escritora francesa Simone de Beauvoir, que “não se nasce mulher, torna-se”, para expandi- lá, e dizer que também “não se nasce homem, torna-se”, em muitos casos a duras penas, a despeito da série de privilégios culturais previstos de antemão para o homem. Assim, o ser homem e o ser mulher, longe de serem dados a priori, são construções sociais incorporadas pelos indivíduos a partir de um processo contínuo e quase invisível de regulação e aprendizagem sobre o que fazer do corpo, que sentimentos convém experimentar, como relacionar-se com a sexualidade, mas também a que expectativas sociais atender (BOLLA, 2020).

No entanto, apesar do masculino se configurar como gênero universal, as questões de gênero foram de início considerados estudos específicos sobre a vida das mulheres. Fato que retardou a compreensão dos processos de “torna-se homem”, processos esses marcados por complexos mecanismos de sujeição e ritualização do masculino, traduzidos na performace de um modelo imposto aos homens de uma relação com o corpo, com as emoções, com o trabalho, com a violência, com as relações mantidas com o outro sexo. Dinâmicas essas, que contribuem para processos de adoecimento do masculino.

Lauchzer (2020) nos diz que a dificuldade em compreender as construções das noções de masculinidades para desenvolver uma análise mais profunda no campo social acabou gerando uma lacuna historiográfica, fazendo com que sua análise dentro das relações de gênero não fossem possíveis de ser problematizadas. A autora coloca ainda que desde os estudos evolucionistas do século XIX, as masculinidades vêm sendo estudadas a partir do ponto de vista sexual-biológico. Sendo somente com a ascensão da psicanálise e a tese freudiana do Complexo de Édipo que essa noção naturalista foi questionada. E apesar das críticas que as feministas lançaram contra esta, uma vez que ela se baseia numa família heterossexual, monogamica e nuclear, foi ela que deu o pontapé para a problematização desses debates.

Dessa forma, os estudos em torno das masculinidades só ganharam maiores proporções a partir da década de 1970, principalmente na Europa e na América do Norte. Conforme as proporções aumentavam, questionamentos referentes a universalidade da supremacia masculina cresciam simultaneamente, dado que o “ser homem” é muito variável nas diferentes culturas–sociedades (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Nesse contexto, se faz necessário os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu que ao lançar as obras “O poder simbólico” (1989) e “Dominação Masculina” (1998), discorre sobre as

vantagens masculinas nas relações de gênero. Bourdieu diz que tais vantagens se dão não apenas em relação à força física, mas também as forças que estão no campo do simbólico. Isso significa que tanto as masculinidades quanto as feminilidades são socialmente construídas e os fatores culturais que indicam que papéis devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino e as relações que se dariam entre eles costumam ser criados a partir do sexo biológico. Ou seja, as relações de gênero, por sua vez, não ocorrem de maneira igualitária. Pelo contrário, elas são permeadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres, que são resultado de um processo de construção social que se estende ao longo de vários séculos.

Para Bourdieu (2014) o gênero masculino domina o feminino até os dias de hoje. E essa dominação não é apoiada prioritariamente na força bruta, nas armas ou na dependência financeira, pois apesar de terem um alto grau de influência, se fossem os únicos determinantes, subentende-se que as mulheres ficariam livres caso não sofressem influência de nenhum destes fatores. Por esses motivos, a dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado, no caso, a mulher adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação.

Saffioti (2004), coloca que os principais alicerces que sustentam e reproduzem o poder masculino são a igreja, o Estado, a família e a escola. E são justamente essas instâncias que, por muito tempo, excluíram da história as relações de dominação masculina e as condições das mulheres. A família costuma reproduzir a visão masculina e da divisão do trabalho, a Igreja mantém a visão negativa sobre o feminino, agindo de forma simbólica nas estruturas inconscientes e as escolas, por sua vez, transmitem as características da cultura patriarcal.

Nesse sentido, sabemos que a cultura machista e o conservadorismo no campo são fortemente difundidos. Alcântara (2016), fala que as atitudes de homens e mulheres, principalmente no contexto rural, legitimam condutas de dominação. Esse, por sua vez, é caracterizado por atividades laborativas que exigem força. Sendo assim, a figura masculina para ser uma espécie de “artefato” destinado ao trabalho (COSTA, LOPES, SOARES, 2015). Portanto, o dispositivo da eficácia para os homens nesse meio é afirmado através da virilidade sexual e laborativa.

Saffioti (1987 livro), afirma que o capitalismo contribuiu para esse processo de dominação masculina. Substituindo a masculinidade tradicional, isto é, a força física e a honra, pelo sucesso, o dinheiro e o trabalho valorizado e remunerado. A autora diz ainda que o valor do trabalho, como atividade, cresceu em dimensão nunca antes vista e atingiu um valor moral, como parâmetro de julgamento de um homem. Nesse sentido, Ihering (2013) pontua que o “verdadeiro macho” seria considerado o provedor das necessidades da família, ainda que sua mulher trabalhe tanto ou mais que ele, contribuindo para o orçamento doméstico, como acontece no meio rural. Segundo, Saffioti (1987), quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, ao homem não é permitido fracassar.

Esse conjunto de teorizações, onde o homem ocupa um papel de centralidade, nos leva a discutir o conceito de masculinidade hegemônica. Esse segundo Connell (2013), trata-se de um modelo de análise que nos convida a reconhecer as disputas de poder e a agência dos indivíduos, em contextos sociais determinados. Desse modo, as masculinidades socialmente dominantes são aquelas que podem contar com o consenso e a aprovação cultural, simultaneamente marginalizando aquelas formas alternativas de expressão do masculino.

Paiva (2020), fala que a masculinidade hegemônica se manifesta no momento que os homens “encarnam” a masculinidade hegemônica em suas relações interpessoais. As injunções: “engula o choro”, “seja homem”, “mantenha sua palavra”, assim como as suspeitas: “não é homem, não?”, “tá me estranhando, mah?”, “parece que é boiola”, vão impedindo uma relação mais flexível com os sentimentos e a experimentação da vulnerabilidade. Em troca, produz-se alienação emocional, comportamentos rígidos e estereotipados, rechaçando qualquer oscilação sobre a própria masculinidade, o que por consequência contribui para condutas de violência, especialmente aquela dirigida as mulheres, assim como outras práticas tóxicas.

Lauchzer (2020) nos fala que a masculinidade hegemônica produz por um lado o homem que se utiliza da violência física ou simbólica, seja ela consciente ou não, para manter sua dominação. De outro faz existir um homem vitimado pelos processos que foi submetido ao longo da vida na tentativa de construir sua masculinidade. Sendo assim, entende-se que o papel masculino, muitas vezes é o responsável por essa situação “precária” da masculinidade. Nader e Caminoti (2014) colocam que os homens tendem a obedecer cegamente um modelo de comportamento que restringe suas subjetividades, apresentando um vazio existencial que

tem de conviver ao longo de suas vidas. Os autores dizem ainda que é necessária uma humanização do papel social masculino, para assim construir um novo modelo de comportamento.

Esse processo de “aprendizagem” necessário para uma sociedade mais igualitária, pode ser elucidado a partir da compreensão de que tanto as masculinidades quanto as feminilidades são socialmente construídas. Comumente as mulheres portam ideologias dominantes de gênero e, por isso, poucas delas questionam o papel de inferioridade social em que foram inseridas. Não é raro mulheres reproduzirem o machismo e o sexismo, duas características que não são somente ideologias, mas também estruturas de poder que prejudicam homens, mulheres e suas relações.

Essa conduta de dominação é facilmente identificada e difundida nos territórios rurais. Onde a masculinidade se concretiza como um mecanismo de poder, ou seja, os homens como grupo dominante, e as mulheres por sua vez consideradas grupo dominado (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). No entanto, apesar dessa dominação no meio rural ser propagada, na maioria das vezes, pela dependência financeiras e pelas relações de trabalho, Bourdieu (2014) coloca que a dominação masculina é sim, apoiada na força bruta, mas também ocorre no campo do simbólico. Isso significa que o dominado, a mulher, adere a dominação e passa a considerar condutas abusivas como naturais. Sendo assim, o autor afirma que o poder só funciona se for articulado em uma rede de indivíduos. Mais uma vez reafirma-se o papel do social nas relações estabelecidas entre os sujeitos e que possíveis mudanças devem partir das concepções difundidas entre eles.

Portanto, os homens do campo que por muito tempo consideravam sua virilidade como característica principal, passam agora por transformações. Mudanças estimuladas pelos movimentos de luta das mulheres rurais, e também através do entendimento de que é extremamente difícil manter uma postura machista e regradada. Boni e Rocha (2019) salientam que obviamente esse processo é lento, visto que esbarra na cultura capitalista patriarcal que sustenta pilares de dominação masculina. No entanto, se concretiza como caminho possível e necessário para futuras mudanças estruturais das famílias que habitam esses territórios.

2. O RURAL COMO ESPAÇO DE HETEROGENEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

Esse segundo capítulo destina-se primeiramente, à discussão do território rural como espaço de heterogeneidade, ou seja, pensar o rural enquanto espaço de movimento, marcado pela diversidade e caracterizado por inúmeras formas de ocupação. Busca também, discutir sobre o envelhecer no campo e de que forma tais sujeitos se utilizam desse espaço, configurando modos de vida distintos. Por fim, o capítulo objetiva analisar o rural como categoria social, compreendendo suas representações e as configurações de trabalho e vivências nesses territórios.

2.1. De que rural estamos falando?

É inegável que o meio rural conforma uma realidade específica distinta da cidade. Isso se concretiza tanto pela atividade econômica, predominantemente agrícola, quanto pelas relações de trabalho, manifestações sociais e culturais diferenciadas. No entanto, tais disparidades tornam-se ainda mais visíveis se nos atentarmos, por exemplo, para a fragilidade de estudos a respeito das ruralidades, aos modos de subjetivação, aos processos psicossociais e identitários no âmbito dos contextos rurais. Embora, tais relações sejam um elemento constitutivo importante do desenvolvimento regional (NEUBURGER, 2018). Leite e Dimenstein (2013), nos dizem que esse distanciamento produz um vazio de reflexões e de aproximações sobre os agentes da sociedade e suas relações com a terra e com o campo brasileiro.

Francio e Verschoore (2018), pontuam que a dinâmica do Desenvolvimento Regional reflete a localização geográfica de cada região e a partir daí seus recursos de capital, trabalho, infraestrutura e indivíduos. Sendo assim, compreende-se a importância de identificar e interpretar a natureza das relações que cada espaço geográfico, seja ele urbano ou rural dispõe. Os autores colocam ainda que o Desenvolvimento Regional é caracterizado pela interação entre as redes de produção territorialmente localizadas e redes de produção globais. Dessa forma, entende-se que toda e qualquer região é capaz de gerar recursos. No entanto, a distribuição espacial é desigual e muitas vezes investimentos beneficiam regiões centrais, deixando a mercê territórios mais afastados, como as áreas rurais, por exemplo.

A partir desses debates nota-se a importância da caracterização e conceituação acerca do rural, a fim de identificar suas potencialidades. Para isso é necessário, primeiramente, definir teórico conceitualmente o termo e, sobretudo, diferenciá-lo do urbano. Endlich (2010), coloca que comumente utilizamos adjetivos para distinguir urbano e rural. Ao primeiro associa-se os termos “cortês, polido, civilizado”, o segundo marca aquilo que é atrasado e rústico. Já outra perspectiva de diferenciar os dois meios é tratar o rural como dispersão e o urbano como aglomeração. Endlich (2010) pontua ainda que uma das perspectivas mais difundidas para definir as ruralidades é associar suas atividades como meramente primárias.

Nesse sentido, Carneiro (2012), enfatiza que considerar tais critérios de forma descontextualizada, sem levar em conta aspectos históricos e sociais é um pensamento simplista e estático. Visto que, a categoria rural não é e nunca foi apenas lugar de produção do modelo produtivo agrícola. Assim, como não é adequado considerar apenas parâmetros demográficos, já que o rural não consiste em baixa densidade demográfica.

Wanderley (2011) afirma que não existe um rural único, imutável e generalizável, mas sim “rurais” que surgem de processos históricos diferenciados. Dessa forma, apesar desse meio ser marcado por inúmeras especificidades, o contexto rural continua mantendo particularidades históricas, sociais e culturais, que fazem dele um espaço físico e social diferenciado. No entanto, apesar desse entendimento, ainda não existe um consenso a respeito da concepção do rural. Sabe-se que sim, tal meio possui uma realidade específica, porém o rural não é mais um espaço facilmente caracterizável.

Essa dificuldade de caracterização segundo Carneiro e Maluf (2003) não representa de forma alguma o “fim” do rural, mas sim, gera a possibilidade de pensarmos sobre novas ruralidades. Para o autor essa concepção representa a ruptura da representação do campo atrelado somente à atividade agrícola. Nota-se ainda, o aumento de núcleos familiares pluralistas, ou seja, que utilizam como estratégia de permanência no campo e de melhoria na qualidade de vida, a combinação das atividades agrícolas com outras ocupações. Sendo assim, o rural pensando enquanto espaço de movimento, marcado pela diversidade e caracterizado por inúmeras formas de ocupação e de uso da terra pela população e também por condições e vida distintos, enquanto espaço heterogêneo e singular é a perspectiva que vem sendo adotada por muitos estudiosos e que também, nos parece mais adequada (DIMENSTEIN, *et. al*, 2016).

No entanto, o rural nem sempre foi visto dessa forma pluralista, por muito tempo tais territórios eram vistos como “ruralidades dos espaços vazios”. Tal concepção é fruto da história territorial e do grande projeto colonizador brasileiro, que ainda hoje luta para manter sua soberania (BREITENBACH; CORAZZA, 2020). Wanderley (2011), nos diz que nesse modelo o uso da terra não está associado a um espaço de vida e de trabalho, mas sim, como campo de investimento e reserva de valor. Fato que se configura hoje, como um obstáculo à promoção da igualdade e combate às desigualdades no meio rural. Carneiro (2012), se utiliza da analogia da “mentalidade de casa grande”, caracterizando a dinâmica atual das sociedades rurais brasileiras, ou seja, seria um reflexo de um Brasil escravocrata, colonial e centralizador de terras. Tornando o homem do campo segundo o autor, um lavrador sem terra, sem casa e por consequência sem cidadania.

Reis (2005), considera que toda interpretação sobre território perpassa a forma como eles funcionam, do ponto de vista socioeconômico, dos sistemas e das dinâmicas coletivas. Sendo assim, o território não é algo estático e nem homogêneo, visto que, se constitui em uma teia relacional que materializa os territórios e evidencia as relações de poder. Lauchzer (2020), pontua que existem dois tipos de ocupações do espaço do campo em nosso país. O primeiro marcado pelo território monocultural e agroexportador, pela produção em larga escala, concentração de terra e de renda, uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, o que por consequência compromete ecossistemas e a segurança alimentar a médio e longo prazo. Já o segundo modelo é definido pelos territórios garantidos por lutas sociais, focados na agricultura familiar, associado aos pequenos produtores, que visam a segurança alimentar, garantindo assim a permanência no campo.

Nesse sentido, Sauer (2010), pontua que a questão rural do Brasil está diretamente relacionada ao primeiro modelo de ocupação, isto é, ao agroexportador. A perpetuação dessa dinâmica contribui para o aumento das desigualdades regionais e se concretiza como um obstáculo para a formulação de um projeto mais democrático aos territórios rurais. A carência e a falta de investimento por parte dos governos em políticas voltadas ao campo, configuram desigualdades em relação à renda, às condições de moradia, trabalho, lazer, educação e permanência dos sujeitos nesses espaços. Esse panorama se configura como um problema para a reprodução social da população rural e está intimamente associada aos processos de êxodo rural e migração rural-urbana do nosso país.

Camarano e Abramovay (1999), salientam que poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos como o Brasil. Assim, como muitos de nós somos descendentes ou até mesmo fazemos parte dessas pessoas que vieram para as cidades em busca de “algo”. Nesse contexto, Oliveira e Prado (2013), nos dizem que nossas histórias trazem em seu bojo um cheiro de terra. Leite e Dimenstein (2013), revelam que entre as décadas de 1960 a 1980 um contingente maciço de pessoas deixaram as áreas rurais. Dizem ainda que nesse período o êxodo rural chegou a 27 milhões de pessoas. Diante desse dilema, as explicações para o fenômeno migratório dos jovens rurais se destina às dificuldades de reprodução econômica, dificuldades de acesso à terra e ao acesso à escolarização. (OLIVEIRA; PRADO, 2013). Além disso, as relações de poder firmadas pelo núcleo familiar de origem, dificultam a tomada de decisões dos jovens na propriedade. Fazendo com este procure as cidades como uma alternativa para assumirem a posição de adultos.

Da mesma forma, o agronegócio se configura também, como um empecilho para a permanência do jovem no campo. Pois, desqualifica o pequeno produtor e por consequência inviabiliza a busca por alternativas de subsistência em propriedades menores e com baixo poder aquisitivo. Nesse contexto, Sampaio, Girardi e Rossini (2020, p. 02), nos dizem que “territorialização contínua do agronegócio não ocorre de forma homogênea e harmônica, mas, ao contrário, materializa-se em um espaço agrário repleto de conflitos e contradições”. Sendo assim, o agronegócio propicia um movimento contrário, pois ao invés de investir no local, traz para as regiões de exploração atores urbanos. Nesse contexto, Elias (2012, p. 07) fala que

[...] observam-se movimentos migratórios da cidade maior para a cidade menor advindos de profissionais especializados para o agronegócio. Observa-se, também, o aumento da divisão social e territorial do trabalho agropecuário.

Vale ressaltar, que entre a busca por melhores condições de vida na cidade, é preciso verificar as condições de educação disponibilizadas no espaço rural. A baixa escolaridade das pessoas idosas rurais é um fato. Conforme Santos, Lopes e Neri (2007), a educação cria oportunidades, e a falta dela ocasionalmente estabelece barreiras na busca por melhorias e qualidade de vida. Os baixos índices de alfabetização dos idosos rurais remetem a um cenário em que a educação se referia ao aprender minimamente ler e escrever, condição suficiente para a época.

Hoje, os efeitos da baixa escolarização desses sujeitos, nos apresentam uma população rural em que a renda gira em torno dos proventos da aposentadoria rural, em um contexto que dificulta um envelhecimento ativo e a busca por qualidade de vida. Passagens curtas e não sistemáticas pela escola, nos direciona também, a questão do analfabetismo funcional. No Brasil os índices de analfabetismo funcional chegam a 49% das pessoas com mais de 60 anos, entre estas 18% não receberam educação formal e 89% não concluíram o ensino fundamental. (CACHIONI; TODARO, 2016).

Nesse contexto, Froehlich *et al.* (2011), dizem que por esses motivos os jovens visualizam nas cidades um futuro promissor.

Apesar de avanços importantes no que se refere aos ganhos de produtividade e rendimento das ocupações agrícolas, é nas áreas urbanas que se concentram as ocupações mais promissoras no que se refere ao destino socioeconômico das pessoas, seja pela perspectiva de estabilidade econômica, seja pelo próprio prestígio social das ocupações (QUADROS; MAIA, 2010. p. 445).

Lencioni (2008), salienta que, gramaticalmente a palavra cidade faz referência a “aglomeração humana, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras. Sposito (2010), nos diz que a cidade é o espaço propício as atividades que possibilitam encontros e comunicações. Já o campo é marcado pela extensão e que supre técnica e economicamente outras atividades. Tais atividades se relacionam com o sistema de acumulação capitalista, teoricamente de prosperidade e abundância. Características essas, que atraem o imaginário dos jovens do campo.

Sendo assim, a busca pelas cidades, ou pelo imaginário que ela gera se configura, como um “desvio” de uma trajetória rica de possibilidades no campo. À medida que não se tem jovens atuantes no meio rural, se perde a oportunidade de territórios rurais plurais e abertos à construção e viabilização de alternativas e direitos. Sobre a formação socioterritorial brasileira:

[...] em um país com taxa de urbanização de 84,7% (2015), parte dela formada pelo impedimento ao acesso à terra e pela expulsão do homem do campo. (SAMPAIO; GIRARDI; ROSSINI, 2020, p. 13).

Tal panorama, por sua vez, caracteriza um aumento significativo da população idosa no meio rural. Pois, apesar do movimento migratório ter sido mais intenso e homogêneo na década de 80, hoje ele ainda ocorre, de modo que acabam ficando mais idosos no meio rural (ROHDE; LASTA; AREOSA, 2017).

Sakamoto (2013) entende que há um incentivo da vida urbana, o que contribui para o abandono da vida rural pelos jovens. Este fenômeno acarreta a redução dos membros da família, menor força de trabalho e o esgotamento da possibilidade de cuidado com os idosos ser realizada por seus descendentes. Ou seja, além de permanecerem os idosos no campo, estes precisam lidar muitas vezes sozinhos com as demandas da sua propriedade, em uma fase da vida em que normalmente as pessoas começam a necessitar auxílio de outros para algumas atividades.

Diante desta realidade, a população idosa se vê muitas vezes sozinha nas propriedades rurais. O elevado índice de idosos na zona rural, se comparado ao ambiente urbano, indica a necessidade de que se investigue sobre as condições de vida destas pessoas, para que se conheça de que forma estão vivendo, e para que se pense em formas de fornecer-lhes suporte. Temática essa que será discutida na próxima sessão.

2.2. Onde eu quero e posso viver: discussões sobre envelhecer no campo

Já não é mais novidade que o processo de envelhecimento se caracteriza de maneira crescente e acelerada. Em termos numéricos, dados do relatório “World Population Prospects, 2019” do Departamento para Assuntos Sociais e Econômicos das Organização das Nações Unidas (ONU) retratam os números da população idosa mundial, ou seja, acima de pessoas acima de 60 anos chegou a 1,1 bilhão de pessoas no mundo (ONU, 2019). Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2019 compilados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do ano de 2019 demonstram que a população total do Brasil já alcança 210,1 milhões de pessoas, onde, 34 milhões são idosos e idosas o que corresponde a 16,2% da população do país (DIEESE, 2020).

Simonato e Bergamasco (2020) nos dizem que o aumento da longevidade da população brasileira corresponde a inúmeros fatores não apenas associados às mudanças nas taxas de fecundidade e mortalidade. Os autores salientam melhorias nas condições de vida, ou seja, melhores condições de moradia, saneamento e acesso à saúde, em especial os avanços nas tecnologias em saúde, permitindo assim, diagnósticos mais rápidos e eficientes. Tais evoluções dizem respeito também, ao acesso universalizado à aposentadoria. Direito este

assegurado pela Constituição Federal de 1988, o que por consequência garante aos idosos melhores condições socioeconômicas e de vida.

Sendo assim, diante desse cenário e das modificações vivenciadas pela sociedade brasileira, se faz necessário voltar o olhar para as questões acerca do envelhecimento. Este panorama gera a demanda de pesquisas, no entanto estas costumam ser realizadas nos espaços urbanos, de forma que os idosos da zona rural ficam à margem destes estudos. Dados da PNAD (2013) afirmam que do total da população idosa no Brasil, os idosos rurais são estimados em 15,7% e 84,3% no meio urbano. Dados mais recentes do Censo Agropecuário do IBGE (2017) apontam que dos 5.072.152 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, 1.729.653 estabelecimentos agropecuários já se encontram nas mãos de pessoas acima de 60 anos de idade, o que corresponde a 34% do total (SIMONATO; BERGAMASCO, 2020).

Tavares *et al.* (2016) afirmam que o processo de envelhecer das populações urbanas e rurais têm muitas semelhanças, no entanto na área rural se pode encontrar algumas dificuldades significativas, como pobreza, isolamento social, educação e habitação mais precárias, restrição do acesso a transporte e distância dos recursos sociais e de saúde. Bertuzzi, Paskulin e Moraes (2012) também reforçam estes aspectos, acrescentando que neste meio há altas taxas de problemas de saúde e dependência.

No entanto, estes sujeitos desempenham um significativo papel em seus núcleos familiares. Tavares *et al.* (2011) sugerem que no meio rural a contribuição do idoso com o orçamento familiar é de extrema importância, se configurando muitas vezes como a principal fonte de renda. Pois, em sua grande maioria os idosos residentes no campo destinaram suas vidas ao cultivo do solo, retirando da “terra” o sustento de suas famílias e sua própria sobrevivência.

Os idosos e idosas, vêm historicamente desenvolvendo o trabalho na terra, como camponeses/as que lutam para preservar sua identidade. São trabalhadores/as que vivem da produção da terra, acumulando conhecimentos e experiências, que permeiam as diferentes gerações, ao mesmo tempo que resistem ao sistema através da produção de auto sustentação e da manutenção de valores comunitários e familiares. Ao mesmo tempo, inserem-se na sociedade atual, marcada pela aculturação da imagem negativa da velhice, acarretando o não reconhecimento de que são velhos [...] (GONZAGA et al., 2014, p.07).

Tal panorama acaba por evidenciar condições de vida que nem sempre foram as melhores, mas que vieram a ser amenizadas, sobretudo, com a chegada da aposentadoria rural, através das normativas da chamada “Constituição Cidadã” de 1988. Entre outros muitos direitos conquistados, ela estabeleceu a concessão da aposentadoria rural para mulheres com 55 anos de idade e para os homens com 60 anos de idade (SAKAMOTO, 2013). Alcântara (2016), ressalta que o significado da aposentadoria está na segurança de que o tempo de privação não se repetirá, ou seja, o alimento não irá faltar. Dessa forma, a aposentadoria é sinônimo de dignidade, uma vez que permite o acesso a alguns bens e serviços, e também em muitos casos o sustento de toda a família. Já Santana e Lima (2012) apontam que a renda do idoso se configura como a principal fonte de manutenção das despesas familiares e como referência efetiva no pagamento dos gastos, especialmente dos mais jovens.

Dessa forma, à medida que a aposentadoria se configura como segurança, garante também melhores condições de vida a essa população, atenuando as dificuldades características do meio rural, como a dificuldade de acesso a bens e serviços, por exemplo. Segundo Neri (1993), os recursos financeiros exercem um efeito compensatório sobre as perdas da velhice, o que denominou de “efeito tampão”. As possibilidades de recursos ajudam no acesso à saúde e ao lazer, e na sensação de auto eficácia, dando ao idoso a possibilidade de compensar perdas inevitáveis da velhice. Sendo que, a falta de recursos econômicos também se mostram significativamente associadas com uma pior qualidade de vida.

Martins *et al.* (2017) pontuam sobre os benefícios sociais que a aposentadoria garante aos idosos do meio rural. Os autores nos dizem que o valor representa não apenas uma fonte de renda fixa, mas sim, equivale a privação da condição de pobreza e também garante qualidade de vida e de autoestima a esses sujeitos. Isto confere ao idoso um forte papel social perante seus familiares e a sua comunidade, pois agora pode ter inclusive crédito para comprar móveis e eletrodomésticos no comércio local, movimentando a economia do município.

Nesse sentido, Bombardelli (2017), coloca que é oportuno registrar que, atualmente, o meio rural tem tido maior acesso à aquisição de bens e serviços da modernidade, como: meios de comunicação (o rádio e a televisão, bens de consumo, energia elétrica etc.). Esses fatores têm possibilitado que as diferenças existentes entre os contextos urbano e rural sejam

atenuadas, o que traz impactos benéficos na percepção da qualidade de vida das pessoas idosas que vivem em contextos rurais.

No entanto, é necessário compreendermos que a aposentadoria apesar de representar benefícios e a garantia de uma velhice com mais segurança em territórios rurais, os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher podem influenciar nas percepções de qualidade de vida. Isso se explica, pelo fato de que, o homem ao atingir a idade demarcada pelo Estado, passa a conviver com a aposentadoria. Já as mulheres, por terem vivido a juventude em uma época em que não encontravam espaço no mercado de trabalho, tornam-se, em sua maioria, donas de casa e envelhecem cuidando de seus filhos e maridos. Nesta situação, só param quando já não têm mais condições físicas ou psicológicas para continuar desempenhando suas tarefas. Assim, enquanto os homens podem desfrutar sua velhice com mais tranquilidade e maior descanso, livres das preocupações e do estresse, relacionados ao trabalho, as mulheres continuam executando suas funções domésticas (MARTINS, *et al.* 2017).

Outro ponto que configura a vivência de idosos no campo destina-se a tranquilidade e as relações de cordialidade com familiares e vizinhança. Para Schwartz (2016), o espaço rural costuma aproximar as pessoas por facilitar a convivência, pois mesmo que os filhos se casem, muitos deles constituem sua família morando nas proximidades da casa dos pais ou juntos deles. A rede de apoio familiar do meio rural tem sua organização distinta se compararmos ao meio urbano (BERTUZZI, 2012). Isso significa dizer que as famílias rurais têm convivências entre várias gerações, o que colabora para o cuidado diário entre os membros da família enquanto dividem o mesmo espaço. Moraes, Rodrigues e Gerhardt, (2018), ressaltam que a família é um espaço de apoio emocional e material e quando chega na fase da velhice também pode ser considerada como fator protetivo, auxiliando no enfrentamento das adversidades presentes no envelhecimento no contexto rural.

Já Ximenes *et al.* (2020), afirmam que as relações comunitárias favorecem o apoio emocional, no enfrentamento das adversidades cotidianas e momentos de solidão. As relações de vizinhança sustentadas pelo suporte mútuo e sensação de segurança diminuem o isolamento prolongado e a superação da partida dos filhos para o meio urbano, por exemplo. Para Abreu *et al.* (2016), o sentimento psicológico de fazer parte de uma comunidade está associado ao bem estar subjetivo diante de situações estressoras. No que se refere a segurança emocional, outra característica das populações rurais, fortemente difundida pelos idosos é apoio religioso. Segundo Ximenes *et al.*, (2020), a fé caracteriza uma fonte de apoio na

perspectiva de segurança emocional diante de situações de angústia, principalmente para os sujeitos idosos, que se apoiam na religiosidade como garantia de salvação após a morte. Seria uma espécie de troca “é preciso ser religioso, para ser digno do reino dos céus”, (XIMENES, *et al.*, p. 251).

Sendo assim, nos territórios rurais os laços familiares, comunitários e religiosos se nutrem e se configuram como forte componente nos modos de existir dessas populações. Da mesma forma, tais configurações perpassam as representações de trabalho e atribuem identidade a esses sujeitos, em especial aos idosos, que destinam suas vidas às atividades ligadas à terra. Fato que garante não apenas subsistência, mas também, a construção de representações de si e do meio em que estão inseridos. Temática essa que será discutida na sessão seguinte.

2.3. Ruralidade como categoria social: representações sobre trabalho e vivências no campo

Sauer (2010), nos diz que é preciso entender o campo como lugar de vida, mais do que um espaço de produção, inclusive em um processo constante de interação com o meio urbano. Nesse sentido, compreende-se a ruralidade como uma categoria social, ou seja, pensada como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, e também de identidade social.

Pedro (2015), coloca que identidade é um conceito que se modifica de acordo com o ambiente e com o tempo. Nesse sentido, a identidade não é algo estático, é um processar, é o sujeito, sua história e suas relações em constante movimento, seja de suas representações sobre si ou pelo seu “estar” no mundo. Sendo assim, é fundamental reconhecer e compreender, nos processos de ocupação desses territórios a diversidade da população do campo. Essa diversidade não apenas configura vivências distintas do urbano, mas, sobretudo, diz respeito a dinâmicas de trabalho que reforçam a cultura local através de uma série de códigos e representações que contribuem para a sociabilidade rural e garantem a manutenção dos vínculos com a localidade, isto é, a identidade desses territórios (SAUER, 2016).

Entender esse processo de apropriação e identificação com o meio rural implica analisar as formas como esses sujeitos ocupam esse espaço. Dessa maneira, ao pensar a identidade dos sujeitos do campo, esbarramos na representatividade do trabalho em suas vidas. Sabemos que nos espaços rurais brasileiros entre as décadas de 60 e 70, houve a modernização da agricultura que favoreceu os grandes proprietários e consequente descapitalização dos pequenos produtores. Atualmente, isso reflete no frequente êxodo rural pela população jovem, que migra das pequenas propriedades em busca de novas oportunidades. Desta forma, os espaços rurais brasileiros são habitados quase que exclusivamente por pessoas idosas que muitas vezes necessitam dos benefícios previdenciários e da assistência social e principalmente da complementação da renda, com a continuidade dos afazeres como alternativa de subsistência (TOMÉ; FORMIGA, 2021).

O trabalho configura uma categoria sociológica central na sociedade. Tal é o seu impacto, que ele constitui como elemento vital para a construção da identidade, influenciando diretamente na forma como as pessoas se reconhecem e são reconhecidas. Assim, se para a sobrevivência dos seres humanos o trabalho deve, em princípio, satisfazer as necessidades básicas, na perspectiva psicológica é uma categoria central no desenvolvimento da autoestima (FARSEN, *et al.*, 2018).

Tomé e Formiga (2021) enfatizam que nas últimas décadas as mudanças econômicas, sociopolíticas, demográficas e tecnológicas trouxeram mudanças na forma de se realizar o trabalho, e como este é percebido. Apesar disso, reconhece-se que as ocupações apresentam benefícios para os indivíduos: identidade, oportunidade para interação e apoio sociais, propósito, preenchimento do tempo, desafios envolventes e possibilidade de status, além de proporcionar renda. Já Barros e Araújo (2018) colocam que o significado que os indivíduos irão atribuir ao trabalho é subjetivo e social, pois está relacionado com a história individual, mas ao mesmo tempo, não deixa de apresentar aspectos que são compartilhados por um grupo em determinada condição histórica e social.

Desta forma, o significado sobre trabalho é produzido social e historicamente, no entanto ganha sentido no âmbito individual por meio da realidade vivenciada e apropriada, conferindo, à consciência individual as dimensões afetiva, cognitiva e intelectual. Nesse sentido, Saffioti (1987), nos diz que as identidades sociais são atribuídas de acordo com o que cada sociedade espera de homens e de mulheres, a partir de uma perspectiva heteronormativa. Assim, a socialização dos filhos, por exemplo, é papel da mulher e, ainda

que ela desempenhe atividade remunerada extraluar, o cuidado com a família costuma ser delegado para outra mulher, remunerada ou não porque entende-se que o cuidado é responsabilidade das mulheres que são socializadas para isso.

Karl Marx (1986) já dizia que o trabalho não é um fato objetivo e isolado, mas um processo humano que transforma, por meio da força de trabalho, a matéria/natureza em produto conforme suas necessidades. A relação que se estabelece durante este processo resulta em um significado para o ser humano, ou seja, se configura como um modo de produção de identidade. Além disso, também é fonte de prazer e sofrimento. Dejours (2010), afirma que as condições relacionadas à satisfação envolvem uma negociação entre o desejo do indivíduo e a realidade em que se insere, envolvendo identificação com a tarefa executada, com os valores da empresa, sentido atribuído ao que se faz e possibilidade de exercer a criatividade. Quando essas necessidades psíquicas não são atendidas, há sofrimento, que pode desencadear somatizações, e dificuldades de relacionamento.

Entende-se assim, que o trabalho permite a utilização de competências diversas pelo sujeito e está presente em todas as fases da existência humana. No entanto, quando refere-se ao “sujeito idoso”, demarca muito além da questão econômica, mas destaca a identidade que esse criou com o trabalho e as consequentes dificuldades de se desvincular do mesmo.

[...] segundo dados do IBGE, em 2013, 45,1% dos idosos permaneciam trabalhando, sendo que em 67,6% a principal fonte de rendimento da população idosa fosse a aposentadoria ou pensão e em 28,3% o trabalho contribuía na composição do rendimento (IBGE, 2014). Os dados de 2019 constataram que 47% dos idosos que ainda estavam trabalhando, 45% são das classes A/B e 48% das classes C/D/E, e o faziam por necessidades financeiras; já 48% afirmaram que trabalham para se sentirem mais produtivos, sendo que em 58% dos casos, pertenciam às classes A/B (TOMÉ, FORMIGA, 2021, p.78).

Neri (2013), considera que o processo de envelhecimento é uma categoria social construída no transcorrer da existência humana, sendo que a representação que se tem do envelhecimento na sociedade influencia na relação que se estabelece com o trabalho. No entanto, ao destinar a discussão ao território rural é preciso que algumas características e peculiaridades sejam destacadas. O envelhecer no campo perpassa vivências de trabalho. À medida que se envelhece no meio rural as dinâmicas de trabalho vão por consequência se alterando. Fato que configura não apenas vivências e condutas, mas, sobretudo, atribui a ruralidade uma dinâmica social distinta.

Ao considerar o meio rural como categoria social, se faz necessário analisar os modos de vida desses sujeitos, isto é, na sua grande maioria agricultores e suas famílias que

constituem-se como grandes personagens da construção do rural. Ao reconhecer esses sujeitos como agricultores, identifica-se também o trabalho como categoria central para as vivências no campo. Brandenburg (2020), pontua que tais indivíduos desenvolvem uma agricultura prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais. Além disso, o cultivo da terra está intimamente associado à subsistência e ao retorno financeiro.

No entanto, é importante destacar que as atividades agrícolas em muitos casos não são suficientes para proporcionar qualidade de vida digna a esses sujeitos. O que faz com que os territórios rurais sejam frequentemente associados a condições precárias de existência. O poder público, por sua vez, provê pouca condições de infra-estrutura para se desenvolver melhores condições de vida no meio rural. Fazendo desse território, um espaço repleto de peculiaridades que perpassam tanto condições de trabalho, como modos de vida e de sociabilidade distintos (SEYFERTH, 2017).

Sendo assim, é nesse contexto que se criam laços de pertencimento à comunidade. Brandenburg (2020), refere que a análise do meio rural brasileiro perpassa a formas de sociabilidade. O autor coloca ainda que mutirões, relações de vizinhança, sentimentos de pertencer, compadrio, são formas de sociabilidade identificadas em todas as organizações comunitárias, em distintas regiões do país e que possibilitam a caracterização do território rural, contribuindo assim, para sua caracterização.

Dessa forma, o rural não se constitui apenas pelo trabalho e pela produção agrícola. Esse espaço engloba relações sociais. Wanderley (2019) nos diz que o campo representa espaço e modo de vida, manifestado de diferentes formas. Uma delas através da sociabilidade e das relações produzidas. Garantindo assim a ruralidade diferentes maneiras de manifestação. Relações de reciprocidade, solidariedade e cooperação caracterizam as áreas rurais. Eventos promovidos pelas comunidades, relações sólidas entre vizinhos, mutirões de trabalho, empréstimos de equipamentos, trocas de alimentos e festividades religiosas são características comuns desses territórios (SANSSANOVIEZ; MARINI; PERONDI, 2019).

Nesse contexto, Amaral Filho (2018) considera que o sucesso dos territórios está intimamente relacionado com as relações sociais. O autor afirma que tais interações possibilitam a troca de informações e por consequência dificulta oportunismos. Abramovay (2000) nos diz que os territórios se constituem a partir de um contexto econômico e social e

que através da interação e da troca de saberes se constituem aprendizagens e o desenvolvimento de novos conhecimentos coletivos.

Abramovay (2000) coloca ainda que as relações sociais estão entrelaçadas ao processo de desenvolvimento de um espaço, sendo que este necessita de uma atmosfera de cooperação entre os sujeitos para a valorização e exploração da determinada região. Dessa forma, entende-se que o meio rural ao apresentar determinadas características de sociabilização, por consequência também se refere a importantes processos de desenvolvimento. Quando grupos, sejam eles familiares, vizinhos, amigos se reúnem em prol de uma determinada tarefa, eles expressam um desejo de mudança e de desenvolvimento. Isso por consequência contribui para os ganhos da região em que habitam, contribuindo para que o espaço rural se torne redes territoriais em constante desenvolvimento.

Sendo assim, ao considerar a ruralidade como categoria social perpassando relações de trabalho e de vivências se entende que o tema da ruralidade não pode ser tratado sem recorrer à sua história de ocupação, suas formas sociais de produção e a organização social. Esse entrelace entre trabalho e vivências constitui o território rural, garantindo ao campo formas e maneiras de existir. Constitui, portanto, a ruralidade. Ruralidade essa conforme afirma Brandenburg (2020), regida por ações de necessidade do cotidiano, em um “mundo” constituído por indivíduos que compartilham uma realidade intersubjetiva, interagindo e produzindo práticas, saberes e produtos.

3. A EXPERIÊNCIA DE VIVER E ENVELHECER NO MEIO RURAL: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES E HOMENS DO DISTRITO DE MONTE ALVERNE

As discussões apresentadas nos capítulos anteriores constituem a base conceitual desta pesquisa de dissertação. A partir de agora se faz necessário atentar para as discussões empíricas. Sendo que, essas são fruto da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas no distrito rural de Monte Alverne.

A coleta de dados aconteceu em agosto de 2021. É importante salientar que a intervenção estava prevista entre os meses de abril e julho de 2021, no entanto teve de ser postergada tendo em vista, a pandemia da Covid 19. Por essa razão, o mês de agosto foi escolhido, pois nesse momento os idosos já haviam sido vacinados, assim como a pesquisadora, garantindo, mais segurança para todos os envolvidos.

Para a coleta de dados foram respeitadas medidas sanitárias tais como, distanciamento e usos de máscaras. A realização das entrevistas contou com a ajuda dos bolsistas de iniciação científica do Grupo de Estudos e Pesquisa em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC/UNISC. Devidamente vacinados, os acadêmicos do Curso de Psicologia da UNISC, contribuíram para a agilidade, tendo em vista a pandemia da Covid 19. Além disso, os estudantes puderam sair a campo, uma experiência importante e desafiadora durante o período de formação acadêmica (Apêndice A).

A ida ao distrito rural de Monte Alverne foi programada para uma sexta-feira e agendada com antecedência através de ligação telefônica. Em um primeiro momento foi realizado contato com o Padre do distrito rural de Monte Alverne, para que a partir dele se tivesse acesso às propriedades rurais e aos possíveis entrevistados.

Foram entrevistados casais, homens e mulheres com o mesmo roteiro de entrevistas, (Apêndice B) com o objetivo de comparar os discursos sobre gênero, trabalho e envelhecimento. Ao final de cada conversa era solicitado aos sujeitos entrevistados que nos indicassem outro casal de Monte Alverne com as mesmas características, ou seja, ter idade igual ou superior a 60 anos, ser agricultor, viver há pelo menos 30 anos no campo e, trabalhar com atividades ligadas a agricultura para dar continuidade à pesquisa. Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE (Anexo A). Sendo que a pesquisa passou pelo Comitê de Ética da UNISC, obtendo aprovação (Anexo B).

A técnica de amostragem utilizada chama-se Bola de Neve. Nela o pesquisador pede aos participantes referência de novos informantes que possuam as características desejadas.

Esse processo continua até que as métricas estabelecidas antecipadamente para a coleta de dados, como prazo de coleta ou quantidade máxima de entrevistados, sejam atingidas, ou para a ocorrência de saturação teórica, isto é, quando não surgiram novas informações nos dados coletados (COSTA, 2018). Finalizamos a coleta com 10 homens e 09 mulheres entrevistados. O número inferior de mulheres se justifica pelo fato de que, em uma propriedade a idosa não estava em casa no momento da entrevista e, de não termos como voltar em função do período da pandemia (Apêndice C; Apêndice D).

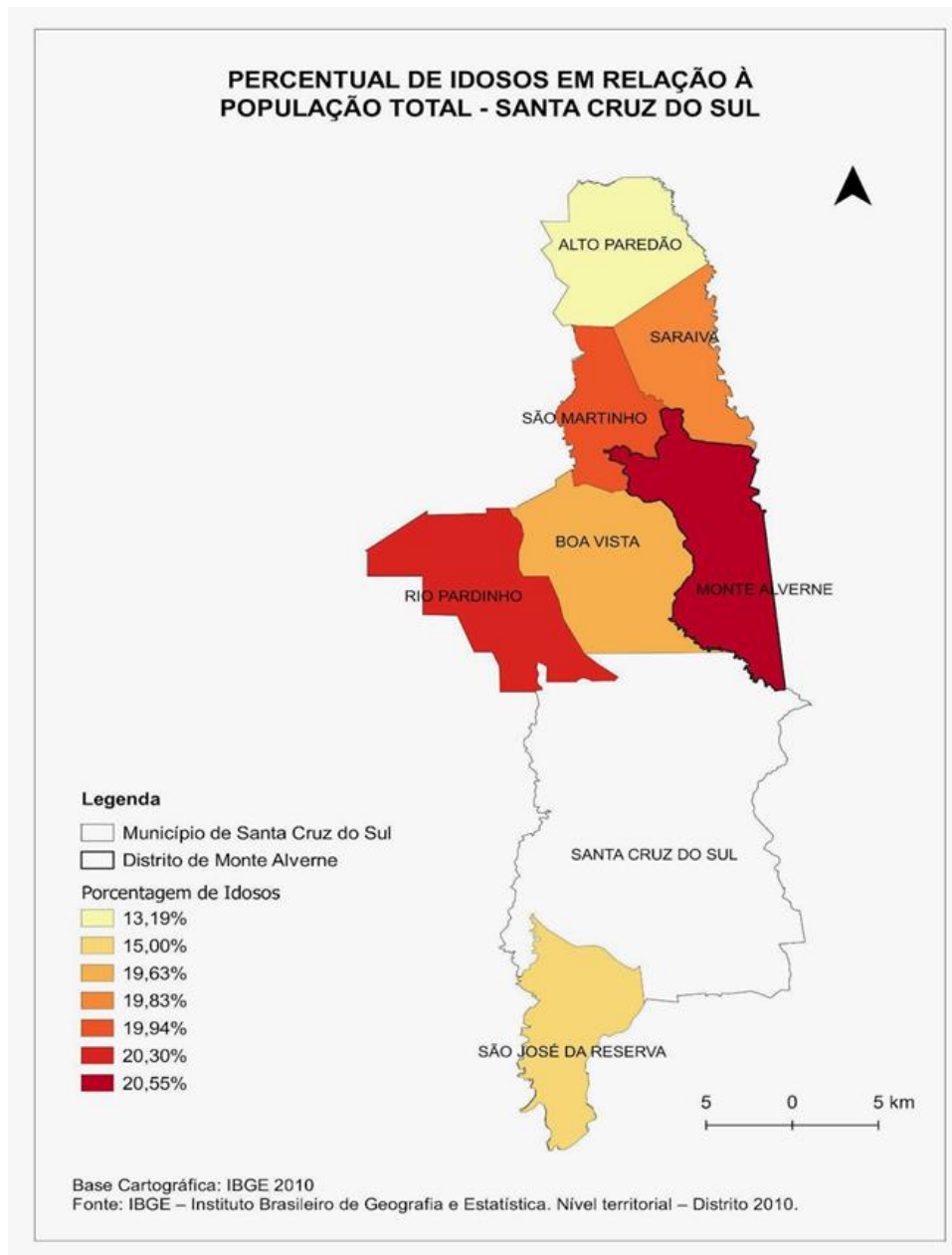
A análise utilizada para a compreensão das entrevistas com base na Teoria das Representações Sociais foi a Análise de Conteúdo de Bardin. Escolhida por ser considerada como a melhor forma de análise para este estudo, pois possibilita descrever e interpretar conteúdos provindos das entrevistas (MORAES, 1999). A Análise de Conteúdo permite uma compreensão mais profunda dos significados contidos nos dados coletados, num nível além da leitura comum, tocando na subjetividade do sujeito em questão e abrangendo o conhecimento de aspectos e fenômenos sociais não conhecidos anteriormente.

Dessa forma, os resultados obtidos e que serão aqui discutidos surgem das entrevistas realizadas com sujeitos idosos do meio rural do distrito de Monte Alverne, município de Santa Cruz do Sul - SCS/RS e permitem compreender as características e as representações sociais desse território (Mapa - 01 - Distritos SCS).

Monte Alverne torna-se distrito de SCS por Ato Municipal nº 113 em 30 de dezembro de 1907. O distrito possui a maior concentração de idosos entre as demais localidades rurais. E por essa razão escolhido como campo para a pesquisa. Situado na região nordeste de SCS, Monte Alverne conta com 574 idosos, correspondendo a 20,55% da população total. Sendo que esta equivale a 826 sujeitos (IBGE, 2010). Santa Cruz do Sul é um município de médio porte, do Vale do Rio Pardo, possui população estimada em cerca 129.427 pessoas, segundo a síntese de dados do IBGE realizada em 2018. A população idosa do município representa 13,1% dos indivíduos.

É importante salientar que a literatura costuma descrever as áreas rurais como regiões com dificuldades significativas, como pobreza, isolamento social, educação e habitação mais precárias, restrição do acesso a transporte e distância dos recursos sociais e de saúde (TAVARES, *et al.*, 2016). No entanto, o distrito rural de Monte Alverne não apresenta tais características. É constituído por uma área urbanizada a qual possui comércio, bens e serviços. Destacando-se, por exemplo, por ser o único distrito rural de Santa Cruz do Sul que possui uma unidade hospitalar, com 26 leitos destinados ao Sistema Único de Saúde. As moradias são na sua grande maioria de boa qualidade, fato que pode ser comprovado através

dos registros fotográficos apresentados nos anexos. O acesso até o distrito é pavimentado, o que facilita movimentações e contribui para o desenvolvimento local. Vale ressaltar, que as entrevistas foram realizadas nas áreas distantes do perímetro urbano do distrito.



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Segundo Nicolini (2013), os pesquisadores necessitam olhar de perto seu objeto de estudo para assim atribuir sentido e produzir reflexões. Já Oliveira e Prado (2013) nos dizem que nossas histórias trazem em seu bojo um cheiro de terra, pois poucos países conheceram movimentos migratórios rural/urbano tão intensos como o Brasil (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A aproximação com o território pesquisado e o contato com seus

sujeitos permitiu compreender de que forma as relações de gênero interferem na representação de trabalho para as pessoas idosas no meio rural. Assim como, analisar de que maneira homens e mulheres envelhecem nesse espaço.

Por fim, vale salientar que, a escolha metodológica que embasa as discussões desta dissertação é a Teoria das Representações Sociais - RS. As RS é um conceito versátil e abrangente, pois compreende outros conceitos, como atitudes, opiniões, imagens. Decorrem do processo de socialização e estão diretamente associadas à identidade coletiva (JACQUES, *et al.*, 1998). Além disso, as RS não exigem um método exclusivo para sua investigação. Por essa razão, os resultados aqui apresentados partem da técnica de análise de conteúdo e estão divididos em três categorias temáticas, são elas: religiosidade e território, viver no campo e por fim gênero: representações de trabalho e envelhecimento.

A categoria “religiosidade e território” se justifica pois, toda investigação científica de alguma maneira necessita adentrar o espaço pesquisado. E para que isso ocorra é importante que se conheça as características do território. Dessa maneira, considerando o não pertencimento a comunidade de Monte Alverne, foi necessário que, alguma figura representativa introduzisse o acesso às propriedades rurais. Por essa razão, o Padre de Monte Alverne foi contactado e serviu como ponte entre pesquisador e objeto de estudo. É importante destacar que sem essa ajuda possivelmente encontraria dificuldade de realizar a pesquisa. Por esse motivo, tal categoria de análise torna-se importante, pois além de descrever uma característica do território pesquisado, aproxima a dissertação das discussões sobre Desenvolvimento Regional.

A segunda categoria de análise “viver no campo” é de fundamental importância, visto que responde algumas das questões propostas inicialmente, como por exemplo, as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa. Nela são apresentados resultados que descrevem a forma como os sujeitos pesquisados se relacionam com o espaço rural, atrelada a experiência de ser agricultor e a maneira como ao longo dos anos fazem do território em que habitam espaço de partilha e convívio por meio das relações sociais.

A última categoria “Gênero: representações de trabalho e envelhecimento” apresenta importantes considerações que vem a responder alguns dos objetivos e questões norteadoras, conduzindo a achados inovadores da pesquisa. A razão para discutir trabalho e envelhecimento a partir do viés de gênero se justifica devido ao conteúdo das entrevistas. O gênero esteve presente nas entrelinhas, ou seja, em muitos casos os entrevistados deixaram claro que, “ser homem” e “ser mulher” interfere nas formas de trabalho, na maneira como envelhecem e nas representações que produzem e reproduzem a partir disso.

Sendo assim, a escolha por tais categorias se justifica devido ao conteúdo encontrado nas entrevistas. E principalmente respondem às questões norteadoras e os objetivos que orientam a dissertação. Portanto, as discussões apresentadas a seguir decorrem não apenas dos propósitos iniciais, como também, conduzem a novas e interessantes descobertas sobre gênero, trabalho e envelhecimento em territórios rurais.

3.1 Religiosidade e território

Santos (2001), nos diz que todo território apresenta um arranjo repleto de discontinuidades sociais, culturais e territoriais que nos ajudam a entender as dinâmicas regionais. A partir da análise do território se torna possível vislumbrar os movimentos dos atores, ou seja, a maneira como o espaço é usado. Já Reis (2013), fala que a interpretação do território está inteiramente associada à forma como ele funciona. Isso corresponde aos aspectos socioeconômicos e também aos sistemas e as dinâmicas coletivas. Essas dinâmicas coletivas nos remetem ao senso de pertencimento, ou seja, fazer ou não parte de uma comunidade.

O sentimento de pertencimento implica em olhar e reconhecer-se. Capacita o indivíduo a pensar em si mesmo como integrante de um território, atribuindo dessa forma, símbolos, valores éticos e morais, configurando características culturais do espaço em que habitam (PACHECO; VIANA, 2017). Os autores nos dizem ainda que o sentimento manifestado pelos sujeitos a respeito do meio em que constituem suas dinâmicas de vida carrega um arcabouço de singularidades. Apropriar-se do espaço e “reconhecer” os sujeitos que dele fazem parte é uma delas. Isso deve ser levado em consideração em estudos que envolvem análises comunitárias.

Dessa forma, a escolha pela figura do pároco local como instrumento de ajuda para a realização das entrevistas, se dá pela análise do território que hoje constitui o distrito rural de Monte Alverne. Constata-se que um dos pilares estruturais de sua configuração está na religiosidade, pois é comum nesses espaços a religião exercer influência sobre a vida das pessoas. Segundo Macedo e Sousa (2021), no campo a religiosidade costuma construir uma rede de sociabilidade e reciprocidade entre as famílias, que se reconhecem como iguais, como trabalhadores da terra, e que vivem numa coletividade de vida com base em suas verdades e crenças.

Esse território religioso é coordenado pela figura do padre que estabelece com a comunidade assistida relações de proximidade e respeito. Giorda e Grisotti (2018), pontuam

em seu estudo “A religiosidade e a violência estrutural como fatores influentes no processo Saúde/Enfermidade/Atenção em uma comunidade do Haiti Rural” que a figura do pároco em contextos rurais acompanha a trajetória do campesinato brasileiro, conectando as famílias ao ideal religioso e configurando-se como expressão significativa de territorialidade.

Os achados da pesquisa de Gioda e Grisotti (2018), vão ao encontro da realidade encontrada no distrito de Monte Alverne. Em todas as propriedades visitadas era notório a presença de artefatos religiosos nas residências, imagens de santos, crucifixos, rosários e fotografias relacionadas a casamentos, batizados e primeira eucaristia. Além disso, o discurso dos entrevistados apresenta elementos linguísticos que fazem referência a religião ou alguma figura representativa. Fato que, configura não apenas costumes e modos de vida, mas também, demarca características a esse território.

[...] “é porque nós não tivemos filhos né! Deus não quis e a gente aceitou...eu queria muito, mas na época a gente foi deixando e não fomos atrás de recurso....mas, se Deus quis assim...é aceitar...(pausa)...ele (Padre) almoça aqui seguidinho, é bem bom, porque todo o dia é só nós dois, e quando ele vem é bom...”[entrevistada/mulher 05].

O discurso da entrevistada revela que a religião em muitos casos é utilizada para aliviar sofrimentos com certos acontecimentos da vida. Além disso, deflagra que o Padre é uma figura próxima, possuindo livre acesso às propriedades rurais do distrito de Monte Alverne e mantendo com os sujeitos relações de amizade (Apêndice E; Apêndice D).

Panorama este que dialoga com questões a bastante tempo discutidas no campo da geografia, ou seja, a religião como objeto de estudo. Zeny Rosendahl, geógrafa brasileira e pesquisadora do tema, já afirmava em 1996, que a aproximação da religião com a comunidade é justificada pela poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus. A partir desse entendimento, a religiosidade constrói relações de poder e obediência, o que permite que estranhos entrem em suas propriedades e coletem dados para uma pesquisa, por exemplo.

Rosendahl e Corrêa (2005) explicam esse fenômeno da “obediência” à igreja dizendo que o território brasileiro em muito pode ser explicado através dos desmandos da fé católica. Nesse contexto, Raffestin (1993) coloca que a instituição religiosa engloba diversos agentes sociais, envolvendo dessa maneira as dimensões econômica, política e territorial. O autor diz ainda que é marcante a relação dialética entre a política da comunidade e a ordem religiosa.

As considerações de Claude Raffestin, notável geógrafo suíço são encontradas nas falas das pessoas idosas entrevistadas:

[...] que bom que vierem com o Padre né! Porque a gente não ia saber do que se tratava, hoje em dia é tão coisa que a gente vê! (pausa) esses dias mesmo estava falando aqui em casa, que não estamos indo tanto na igreja...é que agora ela (esposa) não caminha mais...é difícil sair, a gente até se sente um pouco culpado, triste de não participar mais, mas sempre que posso eu ajudo a igreja com um troco, já é alguma coisa né?! [entrevistado 08/homem].

À medida que o entrevistado afirma sentir “culpa” por não mais participar da instituição religiosa como deveria, ele compensa a ausência na forma de ajuda financeira. E assim, sente-se integrado ao território religioso. A pesquisa de Lima e Bahia (2021), sobre religião, território e poder, dialoga com o panorama aqui encontrado ao afirmar que a religião nos apresenta uma realidade distinta ao envolver pessoas, objetos e lugares em torno de um imaginário coletivo sacralizado. O discurso da pessoa idosa entrevistada sinaliza a necessidade de se fazer presente na comunidade religiosa. E assim, a religião se apresenta de uma forma cívica, ou seja, legitimada pela sociedade (ROSENDAHL; CORRÊA. 2005).

Essa relação de civilidade foi claramente notória pois, em todas as propriedades o Padre era recepcionado com alegria pelos residentes que escutavam com atenção o motivo da visita. Essa introdução sem dúvida foi de grande importância para a realização das entrevistas, pois com a presença do pároco local, as pessoas idosas sentiam-se mais confortáveis em receber agentes estranhos e falar sobre suas dinâmicas de vida. Fato exemplificado pela fala a seguir:

[...] “se vieram com o Padre são gente boa! ele é de casa, seguido vem almoçar com a gente... tenho que entregar a foto do casamento de 60 anos de casados, ele que celebrou” [entrevistado/homem 05].

Para Raffestin (1993) o território é o resultado da apropriação do espaço, que a partir das relações de poder o constitui. Dessa forma, compreende-se que a religião exerce no distrito rural de Monte Alverne um importante instrumento de controle social. A religiosidade atribui um sentido à comunidade, através do compartilhamento de experiências de vida, pertencentes a uma mesma religião. Tais práticas coletivas e reguladas pela religião eram exemplificadas através da indicação do próximo casal a ser entrevistado. Geralmente indicavam a casa de um compadre:

[...] “acho que o compadre está em casa...ele é padrinho do meu mais velho...moram ali depois da pontezinha, o Padre sabe onde é”[entrevistado 09].

A fala do participante permite a compreensão de como suas vivências são estruturadas por atos religiosos. No meio rural é comum festas de igreja, celebrações religiosas, como batizados e casamentos. Ao escolher determinada pessoa para batizar um filho, conseqüentemente se produzirá relações de proximidade e partilha. Sendo assim, a partir da religião o espaço rural é ocupado e portanto, reconhecido pela comunidade.

Nesse sentido, Paul Claval professor da Universidade de Sorbonne e um dos maiores geógrafos da atualidade, coloca ainda em 2008, que o convívio entre núcleos familiares e a participação em ações coletivas criam sentido de integração em uma comunidade. Nesse contexto, Macedo e Sousa (2021), em seu recente estudo “Camponeses e religiosidade na Amazônia Paraense” consideram ainda que celebrações religiosas constroem na vida dos camponeses um sentimento de pertencimento a comunidade, a um mesmo grupo que se reconhece como igual criando por meio das relações de vizinhança, compadrio e parentesco uma forte sociabilidade, no sentido de estarem juntos, festejando a vida em comum.

[...] “a casa do compadre é perto, faz dias que a gente não se vê...agora com essa pandemia parou um pouco as coisas né...a gente evita um pouco de sair, antes seguido “nois” almoçava juntos, porque lá também está só os veio né! então, a gente se procura bastante, pra evitar de ficar tão sozinho, porque uma prosa nova sempre é “bão” né! (risos)...”[entrevistado 06/homem].

As relações de compadrio advinda das tradições religiosas, estabelece com o entrevistado senso de pertencimento a comunidade e a oportunidade da convivência social. Questão essa fundamental para a existência humana, pois através das relações sociais nos reconhecemos e somos reconhecidos em sociedade. Dessa forma, a religião mais uma vez reivindica seu lugar e ocupa o território rural por meio de seus rituais e feitos.

Portanto, a compreensão de como a religiosidade se estrutura no distrito rural de Monte Alverne, permitiu não apenas a possibilidade de acesso aos sujeitos da pesquisa, como também garante a compreensão de que a religião não é isenta de questões políticas, econômicas e sociais, mas pelo contrário, estabelece junto delas um sistema que ordena condutas, tradições e assim externaliza uma territorialidade local. Territorialidade essa marcada pelo viver no campo, discussão apresentada no próximo item.

3.2 O viver no campo: interpretações e significados

Essa seção destina-se a discutir as interpretações e significados do viver no campo para os sujeitos entrevistados. Para isso, encontra-se dividida em subcategorias, são elas: qualidade de vida, valorização do espaço rural e a importância das relações sociais. As entrevistas realizadas com os casais de idosos suscitaram tanto diferenças, quanto aproximações nos discursos. No que se refere às semelhanças, homens e mulheres revelaram um panorama similar quanto a qualidade de vida destinada ao meio em que estão inseridos. Isso por consequência, responde um dos objetivos dessa dissertação, ou seja, permite compreender a interferência das representações sociais construídas sobre os modos de vida desses idosos e de que maneira ocupam o território do qual fazem parte.

Ao serem questionados sobre a rotina e como está sendo viver no meio rural, os entrevistados, tanto homens, quanto mulheres se aproximaram nas respostas, apontando um panorama satisfatório, a qualidade de vida que tais práticas proporcionam e ao senso de pertencimento em relação ao meio em que vivem.

Fato exemplificado nas fala a seguir:

[...] “agora minha rotina é mais calma, a gente não precisa plantar pra vender...viver só disso, mas eu planto, planto uma batatinha, uma batata doce, uma mandioca para o gasto, pra ter né...tem uma lavourinha pra isso, tem! Até pra se ocupar, pq ficar muito parado tbm não é “bão”, tem que se movimentar e fazer o que a gente sabe...isso dá energia pra gente...dá vida...”[entrevistado 01/homem].

[...] “ah aqui é a nossa vida! Eu me criei dali de trás daquele serro que tem logo ali, depois casei continuei aqui...eu conheço todo mundo, é meu chão...é tudo calmo, gosto daqui...”[entrevistada 08/mulher].

Percebe-se nas falas dos participantes a valorização do meio em que vivem. As experiências de comer o que planta, do cultivo da terra, de permanecer ativo e de estar inserido em um lugar calmo contribui para a qualidade de vida desses sujeitos. Sendo que, a qualidade de vida é percebida como a interpretação pessoal que cada indivíduo faz dos eventos ocorridos e de seu contexto (ADAMO, *et al.*, 2017).

No entanto, ao tratarmos de qualidade de vida devemos considerar que não existe um único conceito. Segundo Ceolin *et al.*, (2021), os conceitos de qualidade de vida mais aceitos

orientam-se pela multiplicidade de dimensões discutidas nas abordagens holísticas ou gerais. Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS), desde 1998 utiliza a definição de que qualidade de vida indica a percepção do indivíduo perante as suas necessidades. Desta forma, se suas necessidades estão satisfatórias, tendem a um resultado mais prospectivo, caso contrário, implicará em problemas econômicos, sociais e físicos, impedindo a auto realização e, por consequência, um resultado diferente do esperado (OMS, 1998).

Assim, a partir desse entendimento, podemos atribuir indicadores de qualidade de vida aos sujeitos. Entre eles, o grau de satisfação com o meio em que vivem e com as atividades as quais desempenham. Nesse contexto, uma questão que merece destaque é a importância atribuída pelos participantes às dinâmicas agrícolas que realizam. Os entrevistados deixam evidente que o “ser agricultor” faz parte de sua constituição enquanto sujeito. Se reconhecem dessa forma e a partir disso, elaboram estratégias para continuar tais atividades, mesmo com os entraves da velhice. Fato que permite responder um dos objetivos da dissertação, ou seja, analisa de que forma se dá o trabalho de agricultores e agricultoras nas propriedades rurais.

[...] “hoje a gente não planta como antes né! o corpo não aguenta tanto serviço (risos) a gente trabalhava demais! Mas, era “bão”, tenho saudade, era sempre a casa cheia, os filhos todos ajudando, a gente fazia safra grande, quase sempre só com os filhos...hoje a gente fica mais no básico, uma lavourinha de mandioca, batata, a horta, porque se manter só pelo mercado não dá né!” [entrevistada 03/mulher].

Os achados aqui descritos dialogam com os resultados do estudo de Costa (2017), sobre agronegócio e agricultura familiar. O autor coloca que é comum nas unidades produtivas camponesas os núcleos familiares se dedicarem à agricultura tradicional, onde a força e a divisão do trabalho acontece entre os membros da família. Fato que além de suprir as necessidades familiares, permite o comércio de produtos, gerando renda e garantindo a aquisição de bens e serviços.

O “ser agricultor/a” além de significar subsistência e ditar a dinâmica familiar, também confere a esses sujeitos identidade. A partir do cultivo da terra, eles não só alimentam o corpo físico, como também produzem experiências cotidianas, apropriando-se de significados. Fato que permite a construção de um arcabouço de símbolos, atitudes e opiniões que constituem as “filosofias da vida”, denominadas de senso comum (MOSCOVICI, 1981).

Tal entendimento corrobora com a Teoria das Representações Sociais - RS, que decorrem do processo de socialização e estão diretamente associadas à identidade coletiva (DANIEL; ANTUNES; AMARAL, 2015). Isso significa, que ao atribuírem valor e se identificarem com as vivências no campo e com o território em que habitam as pessoas idosas constroem e compartilham um conjunto de conhecimentos, conceitos e explicações sobre determinado fato ou tema e assim atribuem sentido e valor a suas dinâmicas individuais e coletivas, contribuindo também para caracterizar esse território.

Dessa forma, tais atribuições além de se configurarem como dispositivos de vida saudável e de garantia de subsistência caracterizam o meio rural como um lugar satisfatório de se viver:

[...] “eu gosto de morar aqui, pra mim é muito bom! Não queria morar em outro lugar, não penso em sair, a minha vida eu quero viver toda aqui se Deus quiser! Porque pra mim o interior é bom, é calmo e eu cidade pra mim é só pra ir lá e voltar pra casa de novo...cá pra de novo...”[entrevistada 03].

Verifica-se também, no discurso dos entrevistados a exaltação/valorização do meio rural em detrimento das áreas urbanas. As falas expõem claramente a afirmação de que o campo é um lugar bom para viver e que não se imaginam em grandes cidades. Abrindo espaço para a discussão da subcategoria de análise “valorização do meio rural”.

Tal entendimento dialoga com os estudos de Furlani e Bomfim (2013). Os autores colocam que o sujeito é construído por sua história, ou seja, através dos recursos que são ofertados no decorrer de sua vida e assim, é afetado por condições externas, como os recursos tecnológicos das cidades, por exemplo, No entanto, essa interferência não retira o direito do indivíduo de criar seus modos de vida a partir de dimensões que lhe fazem sentido.

[...] “é claro, a gente sempre vai na cidade pra visitar os filhos ou pra mais recurso, lá tem mais opção, quer uma coisa diferente no mercado ou ir em um médico, essas coisas...mas, eu gosto de voltar para o meu canto, aqui a gente também tem tudo...tranquilidade né! [entrevistada 02/mulher].

À medida que, os idosos salientam os benefícios de viver no campo, não percebendo-se em outros espaços, referem-se a um sistema de interpretação que direciona suas relações

com os outros, ou seja, reconhecem as comodidades do urbano, mas o percebem como algo distante e incoerente aos seus modos de vida. Nesse sentido, Guareschi (2000), pontua que uma representação é sempre aquilo que tem um significado para alguém. É através das representações sociais, coletivamente elaboradas, que adquirimos o sentido do mundo e comunicamos esse sentido uns com os outros.

[...] “ah eu gosto! Não tem coisa melhor do que morar no interior! Pode ser no verão, pode ser no inverno, tem sombra, tem água tudo bom! Na cidade é...eu fui e parei na cidade uns tempos lá com os filhos, mas não gostei! (risos)... ah lá a gente vive presa, não pode sair, caminhar, tem que andar se cuidando, sem falar na “careza” das coisas...tem que se virar lá pra viver bem...aqui a gente vive uma vida mais tranquila, planta umas coisinhas...aqui a gente vive só os dois agora, mas acho que vive melhor...”[entrevistada 06/mulher].

Nota-se que apesar de sentirem falta dos filhos, ainda assim, as participantes salientam os benefícios de viver no campo, não percebendo-se em outros espaços. Muitas vezes destinando os recursos da cidade a gerações mais novas. Nesse contexto Quadros e Maia (2010) colocam que apesar de avanços importantes no que se refere aos ganhos de produtividade e rendimento das ocupações agrícolas, é nas áreas urbanas que se concentram as ocupações mais promissoras no que se refere ao destino socioeconômico das pessoas, seja pela perspectiva de estabilidade econômica, seja pelo próprio prestígio social das ocupações.

Lencioni (2008), salienta que, gramaticalmente, a palavra cidade faz referência a aglomeração humana, localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais e financeiras. Sposito (2010), nos diz que a cidade é o espaço propício às atividades que possibilitam encontros e comunicações. Já o campo é marcado pela extensão e que supre técnica e economicamente outras atividades. Tais atividades se relacionam com o sistema de acumulação capitalista, teoricamente de prosperidade e abundância. Características essas, que atraem o imaginário dos jovens do campo e contribuem para um aumento significativo da população idosa no meio rural.

Dessa forma, estando somente o casal na propriedade rural, se faz necessário a manutenção das relações de vizinhanças. Questão essa destacada pelos idosos entrevistados. Dessa forma, tais relações, ou seja, a importância das relações sociais tornam-se subcategoria

de análise neste recorte. As relações sociais ocupam papel essencial para a manutenção da saúde física e psíquica dos idosos, ou seja, fornecem suporte funcional e emocional:

[...] “eu vivo bem aqui, me dou com todas as pessoas né, eu nunca briguei com ninguém...e o respeito é sempre bom em todo lugar! eu tenho vizinhos de anos...iiii muito tempo, a gente se ajuda, antigamente a criançada brincava tudo junto, era muito bom! hoje tá só os véio, mas mesmo assim a gente se visita, toma um mate...faz muito bem isso...” [entrevistada/mulher 07].

A importância das relações sociais para as pessoas idosas residentes em áreas rurais vem sendo sinalizada há bastante tempo pela literatura científica. Reis *et al.*, (2017), salientam que o suporte social possui implicação positiva para a saúde, no enfrentamento e recuperação de enfermidades, estresses e experiências difíceis da vida, por exemplo. Já Alvarenga *et al.*, (2013), pontuam que os sistemas de suporte social são importantes meios de suprir demandas psíquicas e emocionais, contribuindo dessa forma, para o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos. Em um estudo mais recente Ceolin *et al.* (2021), destacam que 60% dos entrevistados consideram possuir uma condição de vida favorável em territórios rurais, destacando-se a interferência do convívio social e dos momentos de lazer.

Portanto, as relações sociais configuram-se como mecanismos de apoio, de autonomia e de participação social aos idosos. Tais relações descrevem uma realidade cotidiana e formas distintas de conhecimento social. Nesse sentido, Bauer e Jovchelovitch (1999) colocam que podemos lidar com as representações sociais através de muitos modos e de muitos meios. Dessa forma, a categoria de análise aqui apresentada oferece suporte para a compreensão de que forma o distrito rural de Monte Alverne é constituído e de que maneira os idosos atribuem sentido às suas vivências nesse espaço. É importante salientar que os achados discutidos aqui são semelhantes aos demais estudos direcionados ao meio rural, ou seja, apresentam visão satisfatória do viver no campo pelos sujeitos que nele habitam.

A partir de agora a categoria gênero também discutida através da ótica da Teoria das Representações Sociais, trará novos e interessantes achados que por sua vez, irão servir de aporte para responder os demais objetivos dessa pesquisa de dissertação. Analisando o trabalho desses agricultores nas propriedades rurais e também, descrevendo de que forma o gênero interfere no trabalho e no envelhecimento desses sujeitos.

3.3 Gênero: representações sociais sobre trabalho e envelhecimento

A categoria aqui discutida apresenta disparidades no que se refere aos papéis atribuídos à figura masculina e feminina, ou seja, as falas permitem compreender de que forma “o ser homem” e o “ser mulher” é vivenciado por esses sujeitos e principalmente permite explicar representações de trabalho e de envelhecimento no meio rural através do viés de gênero. Sendo assim, a discussão sobre gênero apresentada irá percorrer duas subcategorias principais: trabalho e envelhecimento.

Para iniciar a discussão sobre trabalho é importante analisar o seguinte questionamento feito aos entrevistados: "quando pensa em trabalho qual a primeira palavra que vem à mente?". Dos 19 sujeitos entrevistados, 12 responderam “sustento”, seguido de palavras como “honra” (3), e de algumas frases tais como “uma coisa muito certa”, (1) “quem não trabalha é duvidoso” (1), “exemplo para as gerações mais novas”(1), “sofrido, mas importante”(1).

Além disso, a definição da palavra “trabalho” contribui também para responder, um dos objetivos da dissertação “analisar o trabalho de agricultores e agricultoras nas propriedades rurais”. Ou seja, de que maneira esses sujeitos lidam com os afazeres ligados à terra que os definem, portanto, como agricultores. Muitas das definições encontradas fazem referência ao sentido de identidade e, principalmente, associam a importância do trabalho na agricultura como fonte de renda e condição de uma vida digna.

Nesse contexto, encontramos a prevalência da palavra “sustento”, que definiu “trabalho” por 12 vezes. Essa repetição, nos fala de um tempo em que o desempenho de atividades laborativas, em especial as ligadas ao cultivo da terra, eram fortemente vinculadas à sobrevivência. Era preciso trabalhar para sustentar a vida. Isso, justifica a importância atribuída ao trabalho por esses sujeitos. Hoje as pessoas idosas ainda mantêm algumas atividades ligadas ao cultivo da terra, na maioria das vezes, não mais por necessidade, mas por cultivar tradições e principalmente por tais afazeres os conectarem com o espaço em que vivem e com as ocupações de uma vida inteira.

Tais achados dialogam com diversos estudos científicos. Nunes (2019), evidencia em seu estudo que o trabalho, seja ele o de casa, no entorno dela ou aquele relacionado às atividades agrícolas é um elemento que mantém as pessoas idosas ativas. Neri (1993), ao utilizar o termo “idade funcional” nos fala de uma adaptação do indivíduo ao ambiente. Isso significa, que os aspectos biológicos e funcionais se adaptam e por consequência permitem que as pessoas idosas no meio rural escolham tarefas que os mantém ativos e, sobretudo,

interagindo com o meio em que vivem. Sendo, portanto, sustentados pelo trabalho agora, a partir de outras formas, entre elas as subjetivas.

A palavra “honra” mencionada pelos entrevistados em três momentos, atribui ao trabalho sentido de valor. As falas estiveram associadas aos valores morais e éticos do ser humano. A honra em pagar as dívidas, em sustentar a família, em cumprir com a palavra. Um fato chama atenção aqui, as pessoas que usaram “honra” para descrever trabalho eram do sexo masculino. Isso possivelmente está associado à maneira como esses sujeitos foram ensinados a “ser” no mundo. Brumer (2015), nos diz que o meio rural é fortemente influenciado pela cultura do patriarcado, que traz em suas raízes a superioridade masculina e necessidade de controle e dominação.

Aliada a palavra “honra” as frases seguintes “uma coisa muito certa” e “quem não trabalha é duvidoso” possuem o mesmo sentido, no entanto colocadas de maneiras diferentes. O trabalho para esses sujeitos faz referência a oposição bom/mau. A definição aqui atribuída ao trabalho está associada assim como na palavra honra, com as representações sociais construídas ao longo da vida. E portanto, mantidas e reproduzidas como verdades.

No que se refere a reprodução de hábitos e costumes encontramos a frase “exemplo para as gerações mais novas”. Nela o significado de trabalho pertence a ordem da reprodução. Tomé e Formiga (2021,) salientam que as experiências vividas permitem a construção de representações de si e das relações de trabalho. Os autores colocam ainda que a necessidade das pessoas idosas passarem a experiência a diante, ou seja, para as próximas gerações, são vistas como mais importantes do que o aspecto financeiro em si. Aquilo que foi ensinado permanece vivo e, por consequência, possibilita significados, aproximando o sujeito de sua própria história.

Por fim, encontramos a frase “sofrido, mas importante”. Nela retomamos as importantes considerações do médico psiquiatra e psicanalista Christophe Dejours sobre a psicodinâmica do trabalho. Dejours (2010), nos diz que o trabalho pode ser, tanto fonte de prazer e satisfação quanto de sofrimento, determinado pelas relações e condições proporcionadas. Sendo assim, apesar do trabalho servir como fonte incessante de construção de subjetividade, inserindo o sujeito em um contexto e proporcionando sentido de vida. Ele também, configura-se como fonte de sofrimento, quando não reconhecido ou de difícil execução, considerando aqui as especificidades do trabalho no meio rural.

Por outro lado, a temática do trabalho presente nas entrevistas, permitiu também uma interessante compreensão a respeito dos papéis atribuídos aos homens e as mulheres no meio rural. Considera-se o entendimento que a categoria gênero é historicamente construída e que

o sujeito aprende seu lugar no mundo a partir do que foi ensinado. Portanto, tal compreensão, conseqüentemente interfere na forma como os sujeitos se constituem e se relacionam. Ao serem questionados se existem diferenças entre o trabalho de homens e mulheres no meio rural, os idosos entrevistados principalmente os do sexo masculino deixam claro a divisão entre “coisa de homem” e “coisa de mulher”. O que é possível constatar no trecho a seguir:

[...] “é diferente! Mulher não pode trabalhar o que os homens tem que fazer! Porque mulher é mais leve, porque ela não pode lavrar, cortar lenha elas não podem fazer...e homem pode fazer tudo! Pode cozinhar, tudo ele pode fazer...e tem coisas que mulheres não podem, é muito pesado...até pode...mulher mais forte, mas as mais fracas já não pode! Tem muitas coisas que homens podem fazer em mulheres não podem, mas homens podem fazer tudo!” [entrevistado/homem 10].

A fala do entrevistado deixa evidente a hierarquia masculina, construída a partir do que ele considera o ser homem e o ser mulher no meio rural. Esse excerto de entrevista vem ao encontro dos estudos de Carneiro (2020), que sinaliza que as diferenças sexuais e biológicas são transformadas em diferenças sociais e em diferenças políticas, estabelecendo assim, relações de poder. Essas diferenças não apenas classificam e definem a sociedade como uma sociedade binária, formada por dois gêneros, masculino e feminino, como criam hierarquias entre os gêneros, quando tudo o que é atribuído ao gênero masculino possui maior valor. Constatação essa afirmada através da frase do idoso “homens podem fazer tudo”.

A superioridade masculina encontrada nas falas dos entrevistados aproxima os achados da dissertação dos estudos da renomada socióloga brasileira e militante feminista Heleieth Safiotti. A autora em 1992 já dizia que as construções de gênero se expressam pela divisão sexual do trabalho. Safiotti coloca que a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, constrói-se como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários e na disciplina do trabalho.

Já as falas das idosas entrevistadas remetem à vaga compreensão de jornadas exaustivas de trabalho. Percebe-se a dificuldade de reconhecer tal situação e até mesmo um certo conformismo com essa realidade.

[...] “acho que trabalham igual, mas sei lá, se vai ver a gente trabalha bem mais, quando eu era nova antes de casar eu costurava, vinha gente de longe fazer vestido de festa, casamento...aí casei e pra ajudar na roça tive que parar, porque ele que não ia deixar as coisas pra me ajudar a costurar né? (risos)...aí eu trabalhei muito na vida...a gente plantava muito, safras grandes...cuidava da casa e de tudo...não tivemos filhos, mas sempre morou gente com nós...eu tinha que dar conta” [entrevistada 08/mulher].

Mais uma vez os achados da dissertação dialogam com importantes autores como Joan Scott, esta historiadora norte-americana e renomada estudiosa sobre a temática de gênero. Scott (2015) pontua que relações de poder dos homens sobre as mulheres podem ser descritas através do patriarcado. Quando a entrevistada diz que deixou sua profissão para ajudar seu marido no trabalho na lavoura é o patriarcado se manifestando. Scott diz ainda que o patriarcado é um caso específico de relações de gênero, dando nome às desigualdades que marcam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade. Além disso, devemos considerar que o meio rural é fortemente marcado pela cultura do patriarcado e do conservadorismo, ou seja, relações assimétricas de poder, invisibilidade de trabalho, acúmulo de atividades, baixa escolarização fazem parte do cotidiano de mulheres que acabam naturalizando tais processos. Fato exemplificado pela fala a seguir:

[...] “estudei até o 4º ano, depois eu queria estudar, mas o pai não gostava muito, porque eu ia ficar sozinha lá...nós somos 04 irmãos e ele gostaria que eu a mulher ficasse em casa, nós tinha uma tia aqui...mais o pai e a mãe e mais dois tios...aí ele sempre queria que eu ficasse em casa para cuidar deles...eu queria estudar, agora a gente pensa o porque não foi?! Mas, o pai sempre dava o contra! Ele sempre dizia que eu devia ficar em casa...até eu gostava de ir na roça, mas queria ter estudado...depois eu me casei e fiquei aqui e comecei a trabalhar em casa e comecei a trabalhar no fumo, sempre fui junto na roça...aí depois acostuma e gosta desse serviço...” [entrevistada 09/mulher].

Ao aceitar o que foi imposto, a mulher assume também determinados papéis que são atribuídos ao longo de sua vida. Percebe-se na fala da idosa que seu desejo de estudar passa a ser inviabilizado pela necessidade de assumir seu lugar de cuidadora na família. Papel esse atribuído com frequência à figura feminina. Ou seja, fala-se aqui da representação social construída do que é ser mulher. Sendo assim, segundo Jodelet (2001), a conduta de aceitar aquilo que foi imposto não faz parte de um automatismo, mas pelo contrário, corresponde a maneira como o sujeito se relaciona com o mundo à sua volta. A autora coloca ainda que o ser humano não está isolado em vazios sociais, mas sim em um mundo compartilhado com

outros, nos quais se sustentará para compreender e gerenciar suas vivências. Fato que explica a conduta da entrevistada quando acata a vontade de seu pai e deixa de estudar para assumir seu papel de cuidadora e esposa no núcleo familiar.

Nesse sentido, uma questão que merece destaque nas atribuições de “homem” e “mulher” no meio rural é o acesso à educação. Principalmente nas falas femininas esses discursos se mostraram bastante presentes, ressaltando mais uma vez a soberania da figura masculina.

[...] “porque quando eu era nova eu até queria estudar, mas meu pai não deixou, o estudo era só para os meus dois irmãos homens, para as filhas mulher não...no fim eles nem quiseram estudar...mas, a minha irmã mais velha queria muito ser professora...chorava pra ir estudar...e o pai não deixou, porque sair de casa ia se perder na vida...essas coisa tudo que eles acreditavam...e todas nós as meninas casaram, nenhuma estudou...aí com nossos filhos foi diferente...minha filha mais velha foi a primeira da família, a primeira a se formar, porque ajudamos com a condição que a gente tinha... hoje ela tá bem...assim como todos...os que plantam também estão bem, mas tem que ter escolha né...nem sempre tu vai querer planta...morar aqui...eu e minhas irmãs a gente não teve...”[entrevista 03/mulher].

A não oportunidade de escolha é sem dúvida algo que merece ser destacado. Passagens curtas e não sistemáticas pela escola, fazem referência a um tempo em que a educação se referia ao aprender minimamente ler e escrever. E que o ideal de vida se destinava ao casamento, a mulher o cuidar e ao homem o gerenciar da propriedade rural (CACHIONI; TODARO, 2016).

Esse cenário também é verificado em outras pesquisas. Moraes *et.al.*(2018), em seu estudo sobre envelhecimento e realidade de vida e saúde no interior gaúcho coloca que em relação à escolaridade, a maioria dos investigados, 58, 8% são analfabetos ou assinam apenas o nome. Sendo que, em relação ao sexo e escolaridade, houve uma associação estatística significativa prevalecendo nos homens os melhores índices de alfabetização. Resultado este, que também vem ao encontro dos achados da dissertação, visto que aqui prevalece nas falas femininas a não oportunidade de acesso à educação.

[...] “eu gosto de morar aqui, mas antigamente a gente não tinha muita escolha, era isso e deu...nós tivemos que assumir a propriedade do meu pai, porque ele quis e a gente foi aceitando...”[entrevistado 05/homem].

No entanto, é importante salientar que o depoimento do entrevistado, permite a compreensão de que homens também sofrem com as representações de gênero. Percebe-se que estes também não podiam optar pelo seu destino, pelas suas escolhas, tinham um papel a ser assumido no contexto familiar. Fato que vem ao encontro de Lauchzer (2020) ao dizer que o termo gênero não deve ser usado apenas para descrever o feminino e sim, distinguir a prática dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Sendo assim, muitas vezes o que é esperado da figura masculina, não condiz com sua vontade. Portanto, apesar das mulheres serem as mais lembradas na bibliografia, os homens também sofrem violência de gênero. Carneiro (2020) coloca que à medida que se diz que menino deve jogar bola na rua, não pode chorar e deve ser valente e determinado, tais mitos reforçam preconceitos e inviabilizam formas de ser genuínas do sujeito, causando violência e reprimindo possíveis vivências.

Tal entendimento permite uma compreensão sobre gênero interessante. Muitas foram as falas de idosos do sexo masculino despindo-se de alguns preconceitos enraizados na cultura e principalmente reconhecendo a representatividade feminina no meio rural. Importância essa que as próprias mulheres tiveram dificuldade de identificar. Fato que atribui aos resultados dessa dissertação um caráter curioso e inovador. Pois, a bibliografia costuma apontar para um homem imerso em representações de gênero deturpadas e preconceituosas. Tais posicionamentos surgem quando questionados sobre se homens e mulheres são vistos da mesma forma no meio rural. Pergunta que teve como objetivo induzir o entendimento sobre o conceito de gênero e facilitar o entendimento das pessoas idosas sobre a questão.

[...] “eu acho que ainda não, mas as coisas vem mudando, antigamente a mulher não era vista...aqui em casa eu não ajudava cuidar dos filhos nada, eu não importava, achava que era coisa dela...hoje já não, meu neto ganhou nenê esses tempos, nossa ele ajuda pra tudo e assim que tem que ser...acho que hoje aqui no meio rural as coisas estão mais evoluídas pra mulher, só que precisa mudar mais, a gente sabe de gente aqui que maltrata mulher...essas coisas...a gente sabe...” [entrevistado 04/homem].

Quando o homem idoso reconhece que as “coisas” vem melhorando, mas ainda não chegaram ao pé da igualdade é uma importante constatação para um sujeito que viveu grande parte de sua existência imerso em uma cultura que reforça representações de superioridade masculina. Ao falar de um tempo em que o homem não ajudava com os filhos, e principalmente reconhecer que o meio rural é um ambiente que muitas vezes a violência de

gênero persiste, apesar das evoluções, esse idoso está sinalizando uma importante mudança nas formas de vivenciar as relações nesse território. Sugere também, um caminho de igualdade de gênero e reforça que não somente as gerações mais novas, mas as pessoas com mais idade também podem e estão ressignificando representações, condutas e formas de interpretar e de pensar a realidade cotidiana. O que sem dúvidas deve ser considerado um ganho.

No entanto, como sinalizado anteriormente algumas entrevistadas ao serem questionadas sobre de que forma homens e mulheres são visto no meio rural, tiveram dificuldade em atribuir diferenciações, e assim como nas questões de trabalho o sexo feminino se colocou de forma coadjuvante, alegando não haver diferenças e por vezes fortalece preconceitos. Como é possível constatar na fala a seguir:

[...] “eu acho que é igual, porque é nossa vida aqui, a gente vai acostumando...claro que tem coisas que podiam melhorar, mas é difícil...(risos) eu tentei ensinar os guri a ajudar mais, mas eles eram preguiçoso pra fazer coisas de casa, aí desisti...” [entrevistada 02/mulher].

Moraes e Nascimento (2021) em seu estudo “Mulheres nordestinas desviantes: um estudo sobre a quebra das perspectivas de gênero no meio rural” afirmam que muito desse comportamento passivo das mulheres, diz respeito a reprodução de um estrutura conservadora, heteronormativa, permeada por valores patriarcais, que estabelecem papéis que ressaltam a importância do homem no cerne da família e a posição submissa e desvalorizada das atividades femininas. Os nossos achados de pesquisa se aproximam aos do estudo de Moraes e Nascimento, revelando que o patriarcado e os “papéis de gênero” em territórios rurais são realidade em todo o país.

Nesse contexto, vale ressaltar que o entendimento equivocado a respeito das questões de gênero reforça estereótipos e violências, pois o primeiro passo para toda e qualquer mudança é o reconhecimento das desigualdades. Guimarães e Luna (2020) colocam que o não conhecimento dos direitos das mulheres é uma situação recorrente que na maioria das vezes produz condutas de discriminação. Os autores pontuam ainda que a violência doméstica em nosso país registra números alarmantes. Segundo Paiva e Souza (2020) na América Latina, nove mulheres são assassinadas por dia. O Brasil, em números absolutos, é um dos países que mais matam mulheres no mundo, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia.

A Organização das Nações Unidas (ONU) conceitua violência de gênero como “qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de vulnerabilidade devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual”. Dessa forma, tal violência abrange além das mulheres, também homens e outras minorias. No entanto, as mais atingidas são as mulheres. Essa foi uma questão que se mostrou presente nas entrevistas. No entanto, apenas nas falas masculinas.

[...] “ah claro, mulher trabalha bem mais e ganha menos...esses dias eu escutei no “Bom Dia Rio Grande” eu vi que são 42 mil mulher que ganham menos...isso é muito “racismo”...mulher negra também deu que trabalha muito mais e ganha menos, além de sofrer nas mãos de gente ruim, que maltrata...aqui também tem muito disso, tem muito homem ruim por aí que bate mesmo...deu no jornal também, se tu ligar a TV é todo dia um que mata a mulher...mas, acho que isso vai demorar para terminar...”[entrevistado 03/homem].

A fala permite compreender o conhecimento de que tais violências existem. O que já é um caminho em busca de igualdade. Vale lembrar que tais observações não foram identificadas em nenhum dos discursos das entrevistadas. Isso por consequência sinaliza a fragilidade do tema e a importância de tais discussões serem introduzidas no cotidiano dessas mulheres. Pois, o que se percebe é que de fato, o sexo feminino ao longo da história da humanidade foi assumindo uma postura de inferioridade, o que por consequência permite à perpetuação de certas violências e discriminações.

Guareschi (2003) nos diz que as representações sociais são explicadas através de crenças e valores, e que estas produzem vínculos sociais e identidades grupais. Isso significa que muito possivelmente essas mulheres foram ensinadas a partir de concepções discriminatórias, e hoje reproduzem tais condutas naturalmente. Fato que, não pode ser observado com os homens entrevistados nesta pesquisa, pois como mencionado anteriormente, eles possuem uma compreensão muito mais elaborada a respeito das desigualdades que suscitaram em discussões sobre discriminações de gênero.

Sendo assim, tendo as atribuições sobre gênero discutidas, se faz necessário agora atentar para as representações sociais que envolvem envelhecimento. É importante destacar que a subcategoria “envelhecimento” aqui discutida, apresenta falas que estiveram centradas entre o sentido positivo e negativo da velhice e que em especial os homens reconhecem que

as mulheres envelhecem de maneira mais saudável, buscando mais recursos de saúde e, por consequência tornando-se mais longevas.

[...] “eu sei né, que não me cuido igual ela, pra ir no recurso é só se estiver muito mal, uma coisa insuportável, porque a gente que é homem não vai ficar se queixando toda hora né?! é feio!...” (risos) [entrevistado 04/homem].

A fala do entrevistado condiz com muitos achados presentes na literatura científica. Diversos são os estudos que reconhecem a longevidade feminina e atribuem aos homens hábitos mais precários relacionados à saúde. Um estudo recente de Lima *et al.*, (2021) intitulado “Idosos muito velhos: perfil sociodemográfico de saúde e longevidade” revela que 70, 4% dos sujeitos investigados com idades entre 80 a 108 anos eram do sexo feminino. Confirmando aí, a feminização do envelhecimento.

As representações sociais são elementos simbólicos, ou seja, apontam conhecimentos vivenciados. Dessa maneira, o entendimento desse processo é uma forma de acessar a via da realidade social singular de cada sujeito. Dito isto, torna-se possível compreender as falas dos participantes ao serem questionados sobre o processo de envelhecimento, isto é, suas percepções a respeito do corpo que envelhece:

[...] “olha envelhecer é a coisa mais boa que tem! Se sentir ficar velho! Alcançar a velhice!” [entrevistado 01/homem].

[...] “ ah envelhecer tem as partes boas e tem as partes ruins...as partes boas que a gente tem os netos, tem a família, tem os genros, as noras, pode ver as coisas acontecer, ensinar as coisas para os mais novos... e a parte mais ruim é que a gente se sente mais difícil pra tudo que vai fazer...isso que a parte ruim...mas, no mais é normal...” [entrevistada 03/mulher].

Esses discursos se configuram como representação, pois apresentam valores e ideias atribuídos ao processo de envelhecimento. Além disso, as falas também representam maturidade e ganhos à medida que se envelhece. Existe aí, uma valorização das experiências vividas, uma atribuição positiva aos anos que se passaram. No entanto, se percebe também a representação negativa da velhice a partir do entendimento de que existem perdas.

Braga e Mariano (2018) pontuam que envelhecer representa uma fase de vida inevitável, que traz impedimentos e obstáculos, como a perda da força física e a doença. Visto que, existe um corpo que envelhece e por consequência reduz sua capacidade física e

motora. Por outro lado, configura-se como uma fase de vida boa e de aceitação, com a possibilidade de diminuição de trabalho, de tempo para conviver com familiares e de desfrutar de momentos de lazer. Os autores colocam ainda que a companhia de familiares e o lazer para os idosos configuram-se como um suporte positivo capaz de amenizar os entraves advindos do processo de envelhecimento.

Torna-se importante destacar nessa discussão que tanto homens, quanto mulheres reconhecem aspectos positivos e negativos relacionados ao processo de envelhecimento. No entanto, os idosos do sexo masculino deixam evidente a falta de cuidado em relação a saúde, diferentemente das mulheres.

[...] “na verdade reparando eu acho que o homem envelhece mais primeiro que a mulher...e morre quase sempre primeiro que as “mulher”...porque aqui em Monte Alverne da uma pesquisa igual essa tua aí, tem mais de 60 viúvas...as viúvas estão vivas, as mulheres estão vivas, já morreu os homen e porque isso? porque a gente vai deixando é relaxado, não se cuida, pra ir procurar recurso só se tá muito ruim...a mulher já não...elas procuram mais, se cuidam mais...”[entrevistado 02/homem].

A compreensão por parte do entrevistado de que homens se cuidam menos e que por consequência possuem ciclos de vida inferiores em comparação às mulheres, retoma em especial as discussões relacionadas ao gênero. O meio rural é fortemente influenciado pela cultura do patriarcado. Os homens devem manter uma postura de força e superioridade. Isso evidentemente os afasta dos cuidados em relação aos aspectos de saúde (BRUMER, 2015).

Por outro lado, Aguiar, Camargo e Bousfield (2018), dizem que as mulheres são mais sensíveis aos aspectos relacionados à aparência do que os homens. E por essa razão, buscam mais recursos, incluindo os de saúde. A recusa de compreender a velhice cria movimentos de valorização da mesma, impulsionada pelo envelhecimento ativo e pela qualidade de vida. O que ao encontro com o depoimento da entrevistada:

[...]“envelhecimento é a idade que a gente conquista, é coisa natural...pra gente viver bem tem que se cuidar...entender que certas coisas não dá mais, mas que tem muita vida ainda...e dá pra aproveitar muito e ir no médico sempre...eu sempre falo isso pra ele, mas ele é meio teimoso..não gosta muito...(risos)...”[entrevistada 09/mulher].

A fala da idosa reforça a ideia de que os homens não se cuidam e que geralmente as alternativas de prevenção estão destinadas à figura feminina. Tal entendimento reforça representações, demarcando o lugar social atribuído ao homem e a mulher em nossa sociedade. Fato que define e naturaliza as formas que cada um deve conduzir não apenas o processo de envelhecimento, mas, sobretudo, todas as vivências, incluindo as dinâmicas de trabalho.

Portanto, quando se utiliza o viés do gênero para discutir categorias tão importantes a vida como trabalho e envelhecimento se escolhe também, adentrar um universo ainda repleto de disparidades, de lugares definidos e de preconceitos enraizados. Quando mulheres não conseguem perceber sua representatividade no meio rural é o preconceito se manifestando, quando homens reconhecem que não envelhecem de maneira saudável é a reprodução de condutas estigmatizantes e violentas. Em contrapartida, os resultados aqui discutidos evidenciam percepções promissoras no que se refere a busca por igualdade, em especial advindas de falas masculinas. Fato que, reafirma a capacidade humana de ressignificar sentidos e aproxima todos nós de uma sociedade mais justa no que se refere a igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação se propôs compreender como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho pelas pessoas idosas que vivem no distrito de Monte Alverne, município de Santa Cruz do Sul/RS. A análise realizada se orientou por três objetivos principais: investigar como as relações de gênero interferem no trabalho de homens e mulheres no meio rural; analisar os processos de trabalho agrícola para as pessoas idosas no meio rural; investigar a interferência das representações sociais construídas sobre os modos de vida dos idosos.

Para atingir tais objetivos, realizou-se, primeiramente, uma contextualização teórica apresentada em dois capítulos, são eles: “A interferência da categoria gênero nas condições de vida e trabalho em contextos rurais” e “O rural como espaço de heterogeneidade: representações sociais no campo”. Para tais discussões utilizou-se autores reconhecidos por suas contribuições. Destacando, sobretudo, de que forma os conceitos de gênero e trabalho se relacionam e produzem representações sociais sobre os modos de vida das pessoas idosas em territórios rurais.

O primeiro capítulo intitulado “A interferência da categoria gênero nas condições de vida e trabalho em contextos rurais” inicia suas discussões apresentando o termo gênero como conceito. Entendimento esse fundamental para essa dissertação. Para tal argumentação utilizou-se autores como Heleieth Saffioti, Simone de Beauvoir, Joan Scott, Judith Butler entre outros. A partir disso, entendeu-se que as reflexões sobre gênero devem ser implantadas de maneira interdisciplinar e sua contextualização descreve as relações sociais entre os sexos. Dessa forma, seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina.

O primeiro capítulo também preocupou-se em analisar de que maneira são construídas as identidades masculinas e femininas no meio rural. Suscitando, na compreensão da interferência dos processos de trabalho na determinação dos lugares atribuídos aos homens e as mulheres no campo. Notadamente, a mulher ocupa um papel importante no contexto rural. Elas são agentes para a manutenção das relações e na formação dos elementos tradicionais da ruralidade. No entanto, a mulher ainda ocupa um lugar de subordinação, na maioria das vezes como “esposas de produtor”. Esbarramos aí, em condutas enraizadas pelo patriarcado e pelo conservadorismo e que descrevem relações desiguais de poder. Já o homem no meio rural é uma espécie de “artefato” destinado ao trabalho. O dispositivo da eficácia para os homens

nesse meio é afirmado através da virilidade sexual e laborativa. Compreensão essa que acompanha a história da civilização e acaba por condicionar condutas violentas não somente destinadas à figura feminina, mas, sobretudo, contra eles mesmos, visto que reprimem vivências para ocupar o lugar social a eles atribuído.

O segundo capítulo “O rural como espaço de heterogeneidade: representações sociais no campo” destinou-se, primeiramente, à discussão do território rural como espaço de heterogeneidade, ou seja, pensar o rural enquanto espaço de movimento, marcado pela diversidade e caracterizado por inúmeras formas de ocupação. A primeira observação nesse tópico foi a compreensão de que o meio rural conforma uma realidade específica distinta da cidade e que existe um distanciamento das discussões a esse respeito. Tal conduta produz um vazio de reflexões e de aproximações sobre os agentes da sociedade e suas relações com a terra e com o campo brasileiro.

Foi discutida também, a importância de identificar e interpretar a natureza das relações que cada espaço geográfico possui, seja ele urbano ou rural. O rural pode ser descrito pela atividade econômica, predominantemente agrícola, pelas relações de trabalho, manifestações sociais e culturais diferenciadas. No entanto, não deve ser considerado único e generalizável, mas sim, “rurais” que surgem de processos históricos diferenciados.

O segundo capítulo buscou também, discutir sobre o envelhecer no campo e de que forma tais sujeitos utilizam esse espaço, configurando modos de vida distintos. Foi reconhecida, nesse tópico, a importância dos idosos em seus núcleos familiares, seja pela participação econômica, vinda muitas vezes dos proventos da aposentadoria, seja pelo apoio emocional e protetivo que tais sujeitos exercem no meio em que estão inseridos. Por fim, o segundo capítulo apresentou a ruralidade como categoria social. Fato que permitiu compreender as representações sociais e as configurações de trabalho e vivências em territórios rurais.

Para além da contextualização teórica essa dissertação buscou apresentar também, como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem no meio rural. Para isso, apresentou-se o terceiro capítulo intitulado como “A experiência de viver e envelhecer no meio rural: representações de gênero e trabalho de mulheres e homens do distrito de Monte Alverne”. O capítulo é fruto das entrevistas realizadas com os sujeitos idosos. A discussão nele apresentada descreveu, primeiramente, o percurso metodológico percorrido para a realização da pesquisa, ou seja, quando e como a coleta de dados aconteceu. Além disso, permitiu também responder às questões norteadoras propostas inicialmente e, sobretudo, responder de que maneira as relações de gênero

interferem nos significados atribuídos ao trabalho para as pessoas idosas que vivem no distrito rural de Monte Alverne, município de Santa Cruz do Sul/RS.

Os resultados apontam tanto para limitações, quanto para elementos inovadores e interessantes a respeito do entendimento do conceito de gênero pelos idosos entrevistados. Considera-se que a partir da realização das entrevistas e análise dos conteúdos observados nas falas dos sujeitos envolvidos pode-se compreender quais os significados de trabalho para as pessoas idosas que vivem no meio rural, como estes sujeitos percebem o processo de envelhecimento, como as representações construídas no contexto rural interferem nas relações de trabalho e por fim, como as representações sobre o que é ser homem e mulher interferem em seus modos de vida. Tais apontamentos foram norteados pela Teoria das Representações Sociais e produziram três grandes tópicos de discussão e análise, foram eles: religiosidade e território, viver no campo e gênero e representações de trabalho e envelhecimento.

A discussão sobre religiosidade e território aproximou essa dissertação do campo do Desenvolvimento Regional a partir do entendimento de que para realização de qualquer pesquisa é necessário, antes de tudo, conhecer as características do território investigado. A pesquisa realizou-se no distrito rural de Monte Alverne. No entanto, a pesquisadora não fazia parte de tal espaço, muito menos possuía familiaridade com os sujeitos pesquisados. Fato que de início configurou-se com um dificultador significativo para a realização da pesquisa. Sendo assim, foi necessário que alguma figura representativa introduzisse o acesso às propriedades rurais. Por essa razão, o Padre de Monte Alverne, que já era conhecido de outra pesquisa realizada pelo grupo no distrito, foi contactado e serviu como ponte entre pesquisador e pessoas pesquisadas.

Sendo assim, a importância da religiosidade para o distrito rural de Monte Alverne ficou demonstrada neste estudo. Isso significa dizer que um dos pilares estruturais da configuração do território pesquisado é a religião católica. Pois, a presença do Padre permitiu que agentes estranhos à comunidade adentrassem suas propriedades e investigassem suas dinâmicas de vida.

A contextualização sobre “Viver no campo: interpretações e significados de uma vida tranquila” apresentou aproximações nos discursos dos idosos entrevistados. Tanto os homens, quanto as mulheres descrevem o meio rural como um lugar satisfatório de viver. Narram esse espaço a partir da ótica da qualidade de vida, da valorização do rural e da importância das relações sociais. Fato que aproxima os resultados dessa dissertação de inúmeros estudos recentes apresentados pela literatura contemporânea, tais como Neuburger (2018),

Breitenbah e Corazza (2020), Simonato e Bergamasco (2020), Brandenburg (2020) entre tantos outros. Onde o meio rural é descrito como espaço de partilha e qualidade de vida. No entanto, é importante salientar que a aproximação com estudos já divulgados não se configura como limitação, pelo contrário, pontua a fidedignidade dos resultados dessa dissertação ao juntar-se com uma gama de estudos e autores já consolidados na área (Ana Amélia Camarano; Ricardo Abramovay; Magda Dimenstein; Maria Nazareth Wanderley; Sérgio Sauer; Sandra Lencioni).

Vale salientar também que o entendimento apresentado na discussão através da Teoria das Representações Sociais leva a compreensão que, aos idosos atribuírem sentido às suas vivências, eles falam de um lugar de representação, ou seja, definem e qualificam o viver no campo como um lugar satisfatório de viver. Entendimento esse que vem ao encontro da Teoria das Representações Sociais e que sugere futuros e promissores estudos a respeito das representações sociais dos idosos residentes em territórios rurais.

O capítulo teórico dedicou-se também a descrever através do viés de gênero percepções sobre trabalho e envelhecimento no meio rural. As entrevistas realizadas com os idosos permitiram uma interessante compreensão a respeito dos papéis atribuídos aos homens e as mulheres no meio rural. A primeira delas foi em relação ao trabalho. Ao serem questionados se existiam diferenças entre o trabalho de homens e mulheres, os idosos entrevistados principalmente os do sexo masculino deixam claro a divisão entre “coisa de homem” e “coisa de mulher”. Resultado este, que a literatura científica vem sinalizando a bastante tempo.

Tal compreensão, no entanto, não é novidade para a literatura científica, a qual está repleta de estudos que reafirmam a divisão sexual do trabalho. Saffioti em 1992 já pontuava que o trabalho assume formas conjunturais e históricas que conservam tradições, ordenando tarefas masculinas e femininas e assim, atribuindo aos homens melhores postos, salários e reconhecimento no mundo do trabalho. Percebe-se nas falas das entrevistadas certa apatia e conformismo com a situação. Fato que evidencia a fragilidade de conhecimento a respeito de suas próprias vivências e, sobretudo, aponta a extrema necessidade de estruturação de políticas públicas que reforcem o protagonismo das mulheres do campo.

Alinhado a isso encontra-se o resultado mais peculiar e interessante dessa dissertação. Muitas foram as falas de idosos do sexo masculino despidendo-se de alguns preconceitos enraizados na cultura e principalmente reconhecendo a representatividade feminina no meio rural. Importância essa que as próprias mulheres tiveram dificuldade de identificar. As falas masculinas não só demonstraram valorização à figura da mulher, como também deflagraram

a existência de violência de gênero no meio rural. Questão essa, que também não foi sinalizada pelas idosas entrevistadas. Essas tiveram dificuldade em atribuir diferenciações, e assim como nas questões de trabalho o sexo feminino se colocou de forma coadjuvante, alegando não haver diferenças e por vezes fortalecendo preconceitos.

Outra questão que merece destaque e que se configura como um achado interessante de pesquisa foi a percepção de que homens também sofrem violência de gênero. Os entrevistados de ambos os sexos, sinalizaram a não oportunidade de escolha quando jovens e a dificuldade do acesso à educação. Fato que entrelaça-se com questões de gênero, ou seja, os papéis sociais que cada um devia exercer. A mulher o dever de ser mãe, assumindo o cuidado da casa e da família. Ao homem cabe a obrigação de gerenciar a propriedade e ser o provedor. Essa constatação faz referência a uma observação importante e pouco discutida na literatura científica, a de que homens também sofrem violência de gênero. Tal percepção sugere estudos que investiguem situações de violência de gênero masculina. Fato que, sem dúvida produzirá materiais interessantes e inovadores e que aproximam o sexo masculino de discussões tão importantes e necessárias.

Sendo assim, entende-se que os resultados dessa dissertação apontam para uma importante mudança de paradigma. Pois, a compreensão feminina sobre gênero e desigualdades era esperada, no entanto, foram os idosos do sexo masculino, que demonstraram um entendimento muito mais elaborado a respeito das desigualdades e violências em relação a questões de gênero do que as mulheres. Esse achado sinaliza, primeiramente, a necessidade do tema ser introduzido no cotidiano dessas mulheres e, sobretudo, por parte dos homens uma importante mudança nas formas de vivenciar as relações no meio rural. Fato que aponta um caminho na mudança das relações de gênero, reforçando que não somente as gerações mais novas, mas as pessoas com mais idade também podem e estão ressignificando representações, condutas e formas de interpretar e de pensar a realidade cotidiana. O que sem dúvida deve ser considerado um ganho.

Já em relação a representações sobre envelhecimento os resultados dessa dissertação mais uma vez se aproximaram da literatura científica existente ao evidenciar sentidos negativos e positivos atribuídos ao processo de envelhecimento. E também, por sinalizar que os homens reconhecem o não cuidado à sua saúde, tarefa essa destinada às mulheres. O que por consequência as torna mais longevas. No entanto, o que deve ser sinalizado nesse achado é a questão de gênero entrelaçada. A atribuição de força e resistência ao sexo masculino é herança do patriarcado e de noções equivocadas e violentas. Fato que mais uma vez evidencia

que o sexo masculino assim como as mulheres, sofrem e são reféns de condutas repressivas e deturpadas.

Por fim, torna-se importante destacar que essa pesquisa também traz algumas limitações. A primeira delas se refere ao território pesquisado. Santa Cruz do Sul possui sete distritos rurais, no entanto a coleta de dados ocorreu apenas no distrito de Monte Alverne, local escolhido por apresentar o maior índice de idosos entre os demais distritos. Sendo assim, para futuras investigações torna-se interessante pensar em uma pesquisa que abarque as demais regiões e assim se obtenha um resultado mais abrangente sobre representações de gênero e trabalho dos idosos residentes no meio rural do município de Santa Cruz do Sul.

Outra limitação que talvez se configure como a mais significativa foi a dificuldade de encontrar dados estatísticos e geográficos atualizados da região investigada. O último censo demográfico realizado em território nacional foi o de 2010. Isso significa que temos uma defasagem de praticamente doze anos sem investigar determinadas regiões como os distritos rurais, por exemplo. Pois, áreas maiores como grandes centros urbanos são contempladas com pesquisas periódicas. Fato que, dificultou o embasamento de importantes e necessárias discussões.

Com isso, conclui-se essa dissertação enfatizando que apesar das limitações e dificuldades, os resultados sugerem um caminho promissor na esperança de relações mais igualitárias e com menos violências domésticas. Quando homens idosos reconhecem limitações e exaltam o feminino a esperança por gerações mais conscientes se mostra cada vez mais próxima. No entanto, se faz necessário sinalizar que há um longo caminho a ser percorrido, que perpassa desde a consciência individual a ações coletivas, como por exemplo, a estruturação de políticas públicas sobre trabalho e gênero destinadas aos territórios rurais. Para isso, a importância de pesquisas que evidenciem tais regiões, portanto, a ciência desse país precisa resistir. Sigamos!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABREU, D. P. V. F; CASAS, F; MONTSERRAT, C; GONZÁLEZ C. M; ALCANTARA, S. C. Estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes de zonas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 9, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JvWLDN5W443z6X7zyVbD5JL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ADAMO, C.E; ESPER, M.T; BASTOS, C; SOUSA, I.F; ALMEIDA, R.J. Universidade aberta para a terceira idade: o impacto da educação continuada na qualidade de vida dos idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, n. 20, v. 4, p. 545-555, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232017000400545&script=sci_arttext&tlng=ptAcesso em: 10 out. 2021.
- AGUIAR, A; CAMARGO, B.V; BOUSFIELD, A.B.S. Envelhecimento e Prática de Rejuvenescimento: Estudo de Representações Sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Florianópolis, n. 38, v. 3, p. 494-506, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0494.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.
- ALCÂNTARA, Adriana. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K.C. (Org). *Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 323-342.
- ALVARENGA, M; OLIVEIRA, M.A; DOMINGUES, M.A.R.C; AMENDOLA, F; FACENDA, O. Rede de Suporte Social do Idoso atendido por Equipes de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, n. 9, v. 3, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a30v16n5.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- ALVES, J. E. D.; MARTINE, G. Gênero e Desenvolvimento: Desafios para a integração e Atualização do Cairo. *IVº Congresso da ALAP, Havana*, 2010. Disponível em: http://www.alapop.org/Congreso2010/DOCSFINAIS_PDF/ALAP_2010_FINAL711.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e Políticas Públicas. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, São Paulo, n. 23, p. 261-286, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- ARRUDA, N.M; MAIA, A.G; ALVES, L.C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. *Cadernos de Saúde Pública*, Campinas, v.34, n. 6, p. 1-14. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000605003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 27 set. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROS, M. M. S.; ARAÚJO, M. R. M. Significado do trabalho para gerações de trabalhadores rurais no beneficiamento da castanha. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 18, p. 364-372, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-66572018000200004. Acesso em: 12 dez. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo sexo – fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

BELARMINO, Natália Machado. *Youtubers como uma pedagogia cultural de gênero: enunciados sobre menina-mulher nos canais de YouTube*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39512>. Acesso em: 10 agos. 2021.

BELTRAME, V; CADER, S.A; CORDAZZO, F; DANTAS, E.H.M. Qualidade de vida de idosos da área urbana e rural do município de Concórdia, SC. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, n. 15, v.2, p. 223-232, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 04 agos. 2021.

BERTUZZI, D; PASKULIN, L.M.G; MORAIS, E.P. Arranjos e Rede de Apoio Familiar de Idosos que vivem em uma Área Rural. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 158-166, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n3/913-922/> . Acesso em: 11 out. 2020.

BOLLA, João Paulo. *Seja homem: a masculinidade desmascarada*. São Paulo: Dublinense, 2020.

BOMBARDELLI, Cleber. Qualidade de vida de idosos residentes em um município com características rurais do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, São Paulo, v. 20, n. 1, p.85-90, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/jWQvddK3MPzhcMCtTwkdXKk/?lang=en> . Acesso em: jun. 2021.

BONI, V; ROCHA, H.J. (Org.). *Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul*. 1ªed. Curitiba: CRV, 2019.

BOURDIEU, Pierre. In: LAZDAN, REINA, A. M; REINA; MUZZETI, F.T; RIBEIRO, L. R; MARÇAL, P.R. A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p.471-472, 2014.

BOURDIEU, Pierre. In: NADER, M.B; CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ*, 2014.

BRANDENBURG, Alfio. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 417-428, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/VB86BXQvfRKB8wqTjn6L7zw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BRAGA, J. M. S. R; MARIANO, M. R. *As representações das famílias frente ao processo do envelhecimento*. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Saúde da Família, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unilab.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/1124>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

BREITENBACH, R; CORAZZA G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>. Acesso em: jul. 2021.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p. 55- 71, 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/6_brumer_e_anjos_12.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M.R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no século XX. *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, v. 17, n. 18, p. 80-108, 2002. Disponível em: <http://www.unicamp.br/pagu/Cad17/n17a07.pdf> . Acesso em: 25 jun. 2021.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Revista Cadernos Pagu*, Campinas, v. 02, n. 21, p. 24-36, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200010>. Acesso: 02 jun 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2012.

CACHIONI, M; TODARO, M.A. Política nacional do idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal. In: ALCÂNTARA, A.O; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K.C. (Org). *Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p.175-198.

CAMARANO, A.A; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 02, n.08, p. 87-119, 1999. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929. Acesso em: 19 out. 2021.

CAMARANO, A.A; KANSO, S; FERNANDES, D; Brasil envelhecer antes e pós-PNI. In: ALCÂNTARA, A.O; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K.C. (Org). *Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA,2016, p. 63-103.

CARNEIRO, Isabel. *O processo de debate e a construção de direitos*. Universidade Aberta do Nordeste: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. S (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In M. J. Carneiro (Org). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (p.23-50). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2012.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 70-85, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CEOLIN, L.V; BORGES, F.L; POLLNOW, W; DOMINGOS, A.F; BINKOWSKI, P. A qualidade de vida de mulheres rurais de São Francisco de Paula-RS. *Revista Colóquio, Taquera*, v. 18, n. 2, p. 142-158, 2021. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2048>. Acesso em: 22 jan 2022.

CLAVAL, Paul. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. *Revista Confins*, São Paulo, v.12, n. 02, p. 10-21, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7115>. Acesso em: 02 dez. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W, 2013. In: NADER, Maria Beatriz CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. 140 p.

CONNELL, R; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 24- 38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2021.

COSTA, M.C; LOPES, M.J.M; SOARES, J.S.F. Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde. *Escola Ana Nery Revista de Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 162-168, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452015000100162&script=sci_abstract. Acesso em: 12 mai. 2021. Disponível em: <http://www.mstempdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>

DANIEL, F; ANTUNES, A; AMARAL, I. Representações Sociais da Velhice. *Análise Psicológica*, Lisboa, n. 33, v.3, p. 291-301, 2015. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/972>. Acesso em: 23 out. 2021.

DEJOURS, Christophe. *Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho?* São Paulo: Cultura, 2010.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim Especial: quem são os idosos brasileiros. 1 ed. São Paulo: Dieese, 2020. 3 p.

DIMENSTEIN, M; LEITE, J. MACEDO, J.P; DANTAS, C. Condições de Vida e Saúde Mental em Contextos Rurais. *Revista Intermeios*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 428, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/issue/view/1498>. Acesso em: 10 set. 2021.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Estudos Urbanos e Regionais*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 153-167, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529>. Acesso em: jul. 2021.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARSEN, T.C; BOEHS, S.T.M; RIBEIRO, A.D.S; BIAVATTI, V.P; SILVIA, N. Qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? *Interação em Psicologia*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 31-41, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/48288>. Acesso em: 24 mai. 2021.

FRANCIO, N; VERSCHOORE, J. R. A Abordagem relacional do desenvolvimento regional. In: *SILVEIRA, R.L.L; FELIPPI, A.C. (Org). Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios*. Florianópolis: Editora Insular, 2018, p. 55-71.

FROEHLICH, M; RAUBER, C. D. C; CARPES, R. H; TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Revista Ciência Rural*, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/64f9z5y97GrPQgGtsqZ56Rm/?lang=pt>. Acesso em: jul. 2021.

FURLANI, D.D; BONFIM, Z.A.C. Jovens de ambiente rural e urbano e sua relação com projetos de vida. In: LEITE, J.F; DIMENSTEIN, M. (Org). *Psicologia e Contextos Rurais*: Natal, RN, EDUFRN: 2013, p. 117-142.

GIODA, F.R; GRISOTTI, M. A religiosidade e a violência estrutural como fatores influentes no processo Saúde/Enfermidade/Atenção em uma comunidade do Haiti Rural. *Revista Métis: história e Cultura*, Caxias, v. 17, n. 34, p. 55-77, 2018. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/6938/354>. Acesso em: 02 dez. 2021.

GONZAGA, D.A.; MORAES, M.D; CARVALHO, L; SANTANA, A.L; OLIVEIRA, V.A. saúde dos idosos em (re) assentamentos de Ilha Solteira e Pereira Barreto. In: VI SIMPÓSIO REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, *Anais Araraquara*, Uniara: 2014. p.1-13.

GUARESCHI, M.F; BRUCHI, M.E. *Psicologia Social nos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, L; LUNA, A. *Rede de atenção e proteção social*. Universidade Aberta do Nordeste: Fundação Demócrito Rocha, 2020.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 9. n. 8. p. 01-28, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 12 out. 2021.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 - notas metodológicas*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em: 14 set. 2021.

IHERING, Rudolf von. *A Luta pelo direito*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KARAM, Ricardo A. *A economia política do desenvolvimento territorial: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Ceará., 2020. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2012/Ricardo%20Ant%C3%B4nio%20de%20Souza%20Karam.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2021.

LAUCHZER, Angela Cristina. *Gênero no movimento das mulheres camponesas: a questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3882> . Acesso em: 24 jul. 2021.

LAURETIS, Teresa de. *Diferencias: etapas de un camino a través del feminismo*. San Cristóbal, Madrid: Horas, 2000.

LEITE, J.F; DIMENSTEIN, M. *Psicologia e Contextos Rurais*. Natal. Editora UFRN, 2013.

- LENCIONI, Sandra. Observações sobre o Conceito de Cidade e Urbano. *Espaço e tempo*, São Paulo, v. 01, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- LIMA, P.A.D; BAHIA, M.C. Religião, território e poder: notas teóricas para o debate sobre grupos religiosos. *Revista Paper do NAEA*, Belém, v. 28, n.3, p. 1502-1414, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/8417> Acesso em: 20 jan. 2022.
- LIMA, W. R; GIUSTI, B.B; NIWA, L.M.S; AANHOLT, D.P.J; CIASAK, S.I. Idosos muito velhos: perfil sociodemográfico, de saúde e longevidade. *Revista de Enfermagem UFPE*,Pernambuco, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/245207/37513>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- MACEDO, C.O; SOUZA, R.B; Camponeses e religiosidade na Amazônia Paraense. *Revista Terceira Margem da Amazônia*, Manaus, v. 02, n. 06, p. 01-24, 2016. Disponível em: <https://journal.sipsych.org/index.php/IJP/article/view/1054>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- MARODIN, Marta. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: M. N. Strey (org.) *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- MARTINS, C. R; ALBUQUERQUE, F.J.B; GOUVEIA, C.N.N.A; RODRIGUES, C.F.F; NEVES, M.T.S.N. Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. *Estudos Indisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, n. 01, v. 11, p. 135-147, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4817>. Acesso em: 16 jun 2021.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo. Editora: Nova Cultural, 1986. v. I.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.3, p.653-679, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmgKcvxdmQR8Zr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2021.
- MORAES, E.P; RODRIGUES, R.A.P; GERHARDT, T.E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Revista Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 374-383, 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S010407072008000200021> Acesso em: 15 dez. 2021.
- MORAES, L.L; NASCIMENTO, N.M. Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra das expectativas de gênero no meio rural. *Revista Amazônica de Antropologia*, Manaus, v. 12, n. 1, p. 725-747, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8310>. Acesso em:18 jan. 2022.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

- NADER, M.B; CAMINOTI, J.M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh*, Rio de Janeiro: 2014. p. 1-8.
- NERI, Anita Liberalesso. *Qualidade de Vida e Idade Madura*. Campinas: Papirus, 1993.
- NERI, Anita. Liberalesso. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In.: MALLOY-DINIZ, L. F.; FUENTES, D.; COSENZA, R. M. (Orgs.). *Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional*. Porto Alegre: Artmed, 2013, p.17-42.
- NEUBURGER, Martina. Ruralidades entrelaçadas - Relações campo-cidade observadas pelas margens. In: SILVEIRA, R.L.L; FELIPPI, A.C. (Org). *Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios*. Florianópolis: Editora Insular, 2018, p. 93-116.
- NICOLINI, Cristiano. *A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari : etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute*. Dissertação (Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/507>. Acesso em: 08 dez. 2021.
- NUNES, Fabio Pereira. *Viver a velhice no assentamento Colônia Conceição no município de Nioaque em Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4513>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- OLIVEIRA, Leidiane Souza de. Patriarcado, conservadorismo contemporâneo e os desafios para as mulheres no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 2, p. 845-862, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158845012/html/>. Acesso em: 04 jun. 2021.
- OLIVEIRA, O. JR; PRADO M. A. M. A categoria juventude em contextos rurais: o dilema da migração. In: LEITE, J.F; DIMENSTEIN, M. (Org). *Psicologia e Contextos Rurais*. Natal. Editora UFRN, 2013. p. 57-87.
- OMS. Organização Mundial da Saúde: Promoção da saúde:glossário. Genebra: OMS, 1998.
- PACHECO, L; VIANA, W.C. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Porto, n. 11, v. 02, p 82-98, 2017. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2017.11.004>
- PAIVA, Cristian Silva. *Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher*. Universidade Aberta do Nordeste: Fundação Demócrito Rocha, 2020.
- PEDRO, Wilson José Alves. O estudo da identidade no âmbito da Psicologia Social brasileira. Araraquara. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.109-116,

2015. Disponível em:

<http://www.revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/286>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PLONER, K; SAIS, A; STREY, M. Psicologia e relações de gênero: Questões de gênero em grupos de terceira idade. *Ética e paradigmas na psicologia social. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, n.2, p. 299-313, 2008. Disponível em <http://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-24.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.

QUADROS, V.J; MAIA, A.G. Estrutura Sócio Ocupacional no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 443-468, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/30265>. Acesso em: 12 out. 2020.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R.L.(orgs). *A territorialidade da Igreja Católica no Brasil – 1800 e 1930*. Rio de Janeiro: EduERJ, 2005.

REIS, José. Uma epistemologia do território. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/258>. Acesso em: 28 set. 2021.

REIS, R. D; PEREIRA, E. C; PEREIRA, M. I. M; SOANE, A. M. N. C; SILVA, J. V. Significados, para os familiares, de conviver com um idoso com sequelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC). *Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, n. 21, v.62, p. 641-650, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-328320160050271102&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 25 set. 2021.

ROHDE, J; LASTA, E.C; AREOSA, S.V.C. como vivem idosos do meio rural no interior do RS. Anais da Jornada de Pesquisa em Psicologia, PSI Unisc, 2017. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/17696/4570. Acesso em: 19 out. 2021.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.45-46.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão popular, 2004, p.44. 68 *Movimento das Mulheres Camponesas*. Cartilha Sudamérica. 2012, p.16.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. Editora Moderna, São Paulo, 1987.

SAKAMOTO, Camila Strobl. *Mudanças na composição das famílias e impactos na distribuição de rendimentos: um comparativo entre áreas rurais e urbanas no Brasil*. Dissertação (Programa de Pós-graduação em desenvolvimento econômico)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286500/1/Sakamoto_CamilaStrobl_M.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

SAMPAIO, M. A. P.; GIRARDI, E. P.; ROSSINI, R. E. A “expansão do agronegócio no Brasil”: um dossiê composto por olhares diversos. *Revista Confins*, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/27871>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANSSANOVIEZ, A; MARINI, M.J; PERONDI, M.A. Relações sociais no meio rural na era da informação: um estudo na comunidade rural de Vila Tigre - Xaxim/SC. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, v. 26, n. 2, p. 76-88. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/35914>. Acesso em: 04 jan. 2022.

SANTANA, N. C. G.; LIMA, I. M. S. O. A nova velhice do provedor. *Revista Mediações*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 181-195, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n2/v23n2a08.pdf>. Acesso em: 9 set. 2020.

SANTOS, A.A; BARACHO, I.P.S; SILVA, M.R; ANDRADE, H. G. Estudos rurais: Uma breve retórica sobre o patriarcado. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 6, n. 10, p.76533-76548, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17968/14546>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SANTOS, F. F; GARCIA, M. F. *A luta da mulher pela igualdade no campo: contradições e tensões no sistema capitalista*. *Revista Interface*, Botucatu, v. 10, n.7, p. 296-303, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267890969.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2021.

SANTOS, G.A; LOPES, A; NERI, A. L; Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org). *Idosos no Brasil Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo SESC, 2007, p. 65- 90.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2010.

SCHWARTZ, Eda. *O viver, o adoecer e o cuidar das famílias de uma comunidade rural do extremo sul do Brasil: uma perspectiva ecológica*. 2002. Tese (Pós-Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82296>. Acesso em: 14 out. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.1, n .2, p. 71- 99, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 22 agos. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.1, n .2, p. 71- 99, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 02 jul 2021.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2017.

SILIPRANDI, Emma.. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p.352.

SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 405.

SILVA, A. M; PONCIANO, N. J; SOUZA, L. S. C. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 58, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032020000100200&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 maio 2021.

SILVA, A.O; CAMARGO, B. V. *Representações sociais do envelhecimento e da saúde*. Natal: EDUFRN, 2018.

SILVA, Jurandir Machado da. *Raízes do conservadorismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SIMONATO, D. C; BERGAMASCO, S. M. P. P; O envelhecer no meio rural: os idosos e idosas do assentamento Milton Santos – Americana- SP. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 27, n. 02, p. 70-88, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/issue/view/1728>. Acesso em: 16 jun 2021.

SOUZA, S.B; NUNES, J.A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SOUZA SANTOS, B. de. (Org.). *Reconhecer para libertar*. Os

caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-59.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon.(org) Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130.

TAVARES, D. M. S; PAIVA, M. M; DIAS, F.A; DINIZ, M.A; MARTINS, N.P.F. Características sociodemográficas e qualidade de vida de idosos com hipertensão arterial sistêmica que residem na zona rural: importância do papel do enfermeiro. *Revista Latino Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, n. 21, v. 2, p. 515-522, 2016. Recuperado em 10 de abril, 2019: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n2/pt_0104-1169-rlae-21-02-0515.pdf. Acesso em: 02 jul 2021.

TAVARES, Rebecca Reichmann. Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no Brasil”. In: BARSTED, Maria Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs.). 2011. O progresso das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres.

TOALDO, Adriene Medianeira. O papel do município na saúde da mulher rural: uma perspectiva de emancipação do gênero a partir da ideia de subsidiariedade, gestão integrada e controle social. São Paulo: Editora Max Limonad, 2019.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, v. 10, p. 87-145, 2011. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=163&vT=da&vA=15>. Acesso em: 24 nov. 2021.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2019.

XIMENES, V.M; CARVALHO, M.A.A.S; ALVES, K.S. BACELAR, B.C; VALE, D.M.L. Fontes de Apoio Social em contextos de pobreza: o que dizem as comunidades rurais? *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 24, n. 03, p. 249-257, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/62691/42623>. Acesso em: 16 jun, 2021.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental e gênero: facetas geradas do sofrimento psíquico. *Fractal Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n.27, p. 238-246, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000300238&script=sci_abstract&tlng=pAcesso em: 24 set. 2021.

ZERZAN, John Pessoa. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. *Revista Gênero & Direito*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/9702/5289>. Acesso em: 14 dez. 2021.

APÊNDICE A - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 01: Bolsistas iniciação científica na coleta de dados

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

ROTEIRO

1. Pode contar um pouco como é a sua rotina do dia a dia, desde que acorda pela manhã?
2. Como está sendo para você viver no meio rural?
3. O que significa o trabalho na agricultura para você?
4. O que significa o envelhecimento para você?
5. Homens e mulheres são vistos da mesma forma?
6. O que representa o trabalho na sua vida?
7. Quando pensa em trabalho qual a primeira palavra que lhe vem na mente?
8. Você sentiu mudanças nas atividades do trabalho a partir de determinada idade?
9. Você acredita que existe diferença de trabalho para homens e para mulheres no meio rural?

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRABALHO, GÊNERO E ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL

Prezado senhor/Prezada senhora

O/A senhor/a está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado Trabalho, Gênero e Envelhecimento no Meio Rural do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC. A pesquisa é relevante, pois pretende compreender o envelhecimento associado ao trabalho no meio rural. Para que isso se concretize, o senhor/a será contatado/a pelos pesquisadores para responder um questionário semiestruturado. O tempo necessário para tal procedimento compreende em torno de trinta minutos. Os critérios para a inclusão dos indivíduos pesquisados serão os seguintes: ter idade igual ou superior a 60 anos, estar residindo na região investigada, ou seja, distrito de Monte Alverne em SCS a no mínimo 30 anos, serem agricultores e participar voluntariamente da pesquisa. Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam como é o caso, por exemplo, de certo incômodo em responder alguma das questões da entrevista semiestruturada. Por outro lado, se o senhor/a aceitar participar dessa pesquisa, surtirá benefícios futuros para a região investigada, ou seja, distrito rural de Monte Alverne no município de Santa Cruz do Sul, tais como: um espaço de escuta para estes idosos, pois pouco são os estudos que abordam especificamente tal temática. Também, permitirá compreender como estes sujeitos vivem. Como estes idosos percebem o processo de envelhecimento, incluindo aspectos físicos, subjetivos e sociais. E por fim, como significam o trabalho em seus percursos de vida. Além disso, a pesquisa futuramente produzirá conhecimento técnico e científico. Que além de orientar a academia, poderá nortear o poder público na construção de alternativas que amenize desigualdades e proporcione melhores condições de envelhecer no meio rural. Para participar dessa pesquisa o senhor/a não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;

d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;

e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,

f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é a mestranda Eduarda Corrêa Lasta. Fone: (051) 997598749.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717-7680.

Local: _____ Data __ / __ / ____

Nome e assinatura do voluntário :

Nome e assinatura do responsável pela apresentação deste Termo de Consentimento:

ANEXO B - Parecer aprovação CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Trabalho, Gênero e Envelhecimento no Meio Rural

Pesquisador: EDUARDA CORREA LASTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 45022921.1.0000.5343

Instituição Proponente: Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.691.118

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa do PPGDR da UNISC elaborado por Eduarda Correa Lasta e orientado pela Profª Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa. O estudo pretende investigar o trabalho no meio rural e as questões de gênero, assim como, de que forma o meio em que essas pessoas vivem, pode interferir na forma como os sujeitos atribuem significados as suas vivências. Dessa maneira, caracterizando o que é masculino e feminino a partir do espaço em que ocupam. E por fim, como estes sujeitos percebem o processo de envelhecimento, incluindo aspectos físicos, subjetivos e sociais.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721158.pdf 16/04/2021)

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como as relações de gênero interferem nos significados atribuídos ao trabalho pelas pessoas idosas que vivem no distrito de Monte Alverne, no município de Santa Cruz do Sul/RS.

Objetivos Secundários:

1. Analisar o trabalho dos agricultores e agricultoras nas propriedades rurais.
2. Investigar a interferência das representações sociais construídas sobre os modos de vida dos idosos.
3. Investigar se e como as relações de gênero interferem no trabalho de homens e mulheres no

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



Continuação do Parecer: 4.691.118

meio rural.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721158.pdf.16/04/2021)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS:

... possíveis desconfortos podem surgir no momento dos sujeitos responderem os questionários, tais como possibilidade de constrangimento ao responder, medo, vergonha, estresse e cansaço ao responder as perguntas. Ao surgirem estas situações, serão adotadas medidas de assistência aos sujeitos pesquisados, a fim de minimizar

possíveis riscos e desconfortos, tais como: assistência imediata, ou seja, a oferta de um espaço de escuta qualificada ou mesmo interrompendo a coleta de dados com tal sujeito, respeitando dessa forma, seu espaço e sua singularidade. Esta assistência será de forma emergencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite.

BENEFÍCIOS:

o estudo proporcionará maior visibilidade a população pesquisada, pois pouco são os estudos que abordam especificamente tal temática. Também, nos permitirá compreender como estes sujeitos vivem. Como estes idosos percebem o processo de envelhecimento, incluindo aspectos físicos, subjetivos e sociais. E por fim, como significam o trabalho em seus percursos de vida, o que poderá fomentar ações e programas voltados a esta população.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721158.pdf.16/04/2021)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é um estudo qualitativo de caráter descritivo, que se dedicará a descrever as relações de gênero no meio rural, assim como os significados atribuídos ao trabalho e ao envelhecimento para estas pessoas idosas. Tal estudo será realizado no município gaúcho de Santa Cruz do Sul, distrito de Monte Alverne no município de Santa Cruz do Sul/RS – Brasil. O modelo de abordagem escolhido será a Teoria das Representações Sociais. A coleta de dados ocorrerá por meio de uma entrevista semiestruturada para investigar as relações de gênero no meio rural e os significados atribuídos ao trabalho e ao envelhecimento. As entrevistas serão norteadas através da técnica de amostragem por “Bola de Neve”. Nela o pesquisador pede aos participantes referência de novos informantes que possuam as características desejadas. Dessa

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br

Página 02 de 05



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
DA UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.691.118

forma, não existe previamente um número de sujeitos específico para serem entrevistados. No entanto, estima-se que o estudo deverá alcançar no mínimo 10 casais de idosos, ou seja, 20 participantes.

As informações foram retiradas do arquivo Informações Básicas do Projeto (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721158.pdf 16/04/2021)

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 4.633.422 emitido pelo CEP em 06/04/2021:

a) solicita-se que sejam apontados os desconfortos que os sujeitos poderão apresentar ao responder ao questionário e quais serão as medidas que o pesquisador adotará para minimizar estes riscos ou que tipo de assistência será prestado ao entrevistado. Ver Resolução 466/2012 – II.3;

Situação: ATENDIDA

B) solicita-se a edição dos critérios de exclusão pois estes não devem ser entendidos como uma negação da inclusão. A pergunta que se deve fazer é: Dentre os sujeitos incluídos, quais não teriam condições de participar da pesquisa?

Situação: ATENDIDA

c) solicita-se refazer o documento TCLE conforme modelo disponibilizado na página do CEP-UNISC (<https://www.unisc.br/pt/pesquisa/comite-de-etica>).

Situação> ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado e em condições de ser executado conforme documentos anexados à Plataforma Brasil e validados pelo CEP-UNISC.

Alerta-se o pesquisador responsável para a necessidade de realizar e encaminhar ao CEP-UNISC em julho de 2021, via Plataforma Brasil, o Relatório Parcial de Acompanhamento da Pesquisa (caso o cronograma aprovado se estenda para além desta data) ou o Relatório Final de Acompanhamento

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

Página 03 de 05



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
DA UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.691.118

da Pesquisa (caso o cronograma aprovado não se estenda para o segundo semestre de 2021). O formulário para os relatórios está disponível no link do CEP-UNISC (<https://www.unisc.br/pt/pesquisa/comite-de-etica>), aba Documentação, Arquivo "Modelo de Relatório Parcial ou Final de Pesquisa". É o mesmo formulário para ambos os relatórios (as marcações no próprio formulário é que diferem, a depender da natureza do projeto – semestral, anual...).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1721158.pdf	16/04/2021 16:08:13		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAalteracoes.pdf	16/04/2021 16:07:21	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOalteracoes.pdf	16/04/2021 16:06:57	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEalteracoes.pdf	16/04/2021 16:06:37	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Outros	CARTAPARARESPPOSTAPENDENCIA.pdf	16/04/2021 16:05:39	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Parecer Anterior	PARECERANTERIOR.pdf	16/04/2021 16:05:00	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	28/03/2021 18:18:39	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	28/03/2021 18:14:04	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito
Outros	carta.pdf	28/03/2021 18:13:51	EDUARDA CORREA LASTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306
Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900
UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL
Telefone: (51)3717-7680 **E-mail:** cep@unisc.br



CEP
COMITÊ DE ÉTICA
EM PESQUISA
DA UNISC

**UNISC - UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL**



Continuação do Parecer: 4.691.118

SANTA CRUZ DO SUL, 04 de Maio de 2021

**Assinado por:
Renato Nunes
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Independência, nº 2293 -Bloco 13, sala 1306

Bairro: Universitario **CEP:** 96.815-900

UF: RS **Município:** SANTA CRUZ DO SUL

Telefone: (51)3717-7680

E-mail: cep@unisc.br

Página 05 de 05

APÊNDICE C - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 02: Realização das entrevistas

APÊNDICE D - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 03: Realização das entrevistas

APÊNDICE E - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 04: Padre Distrito Monte Alverne

APÊNDICE F - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 05: Padre e o livre acesso às propriedades rurais de Monte Alverne

APÊNDICE G - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 06: propriedades rurais de Monte Alverne

APÊNDICE H - Registro fotográfico da pesquisa



Figura 07: propriedades rurais de Monte Alverne